

A INFLUÊNCIA DOS INCENTIVOS FISCAIS NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO ESTADO DE GOIÁS

Eduardo Bruno de Souza Oliveira
Antonio Marcos de Queiroz
Cláudia Regina Rosal Carvalho
Edson Roberto Vieira



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Eduardo Bruno de Souza Oliveira
Antonio Marcos de Queiroz
Cláudia Regina Rosal Carvalho
EDSON ROBERTO VIEIRA

A INFLUÊNCIA DOS INCENTIVOS FISCAIS NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO ESTADO DE
GOIÁS

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Oliveira, Eduardo Bruno de Souza
O49A A INFLUÊNCIA DOS INCENTIVOS FISCAIS NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA
NO ESTADO DE GOIÁS / Eduardo Bruno de Souza Oliveira. Antonio Marcos de Queiroz. Cláudia Regina Rosal Carvalho.
EDSON ROBERTO VIEIRA. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2023

64 f.: il

DOI: 10.37423/2023.edcl811

ISBN: 978-65-5367-387-8

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. incentivos-fiscais; 2. desenvolvimento-regional; 3. indústria-farmacêutica; 4. estado-de-goiás I.
Oliveira, Eduardo Bruno de Souza II. Queiroz, Antonio Marcos de III. Carvalho, Cláudia Regina
Rosal IV. VIEIRA, EDSON ROBERTO V. Título

CDU: 330

<https://doi.org/10.37423/2023.edcl811>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORIA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

MSc Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio



10.37423/2023.edcl811



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ter me dado perseverança e motivação ao longo deste projeto, em especial a minha família que têm apoiado durante essa longa trajetória, incondicionalmente em todos os momentos, pois todo amor e carinho foram de fundamental importância para chegar a essa reta final.

Agradeço em específico ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Marcos de Queiroz que contribuiu bastante na disponibilização de material, tirando dúvida, dando conselhos e realizando a correção do trabalho. Agradeço a Rafael Barros Coordenador financeiro da Progenericos pelo apoio com dados para a pesquisa. Agradeço a minha querida esposa Letícia Correia Rodrigues pela paciência e dedicação e no auxílio na correção ortográfica do trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Projeção de despesas globais de medicamentos, (em bilhões de dólares), 2007, 2012 e 2017.....	24
Figura 2: Percentual de vendas no mercado global de medicamentos per capita em 2013.....	24
Figura 3: Participação percentual dos Laboratórios de Origem Nacional e os de Origem Estrangeira, nas Vendas em Reais (R\$) nos períodos de 2003 a 2015.....	30
Figura 4: Utilização média da capacidade produtiva brasileira de 2006 a 2016.....	31
Figura 5: Carga tributária no preço final –Brasil2016.....	32
Figura 6: Mapa do ICMS no Brasil 2016.....	34
Figura 7: Número de trabalhadores formais por estado de 2014 e 2015.....	36
Figura 8: Valor do Benefício Concedido deflacionado IGPD Base 2009.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ranking de crescimento do mercado de medicamentos, 2011, 2016 e 2021.....	25
Tabela 2: Distribuição das maiores empresas do setor farmacêutico por país.....	26
Tabela 3: Economia Acumulada em Bilhões de Reais (R\$) de 2001 a 2016.....	28
Tabela 4: Número de Indústrias farmacêuticas por estado.....	35
Tabela 5: Número de produtos e Faturamento em (R\$) no ano de 2015.....	35
Tabela 6: Intensidade do valor agregado de 2007 a 2015.....	43
Tabela 7: Salário médio por município de 2006 a 2015.....	44
Tabela 8: Saldo de admitidos e desligado de 2007 a 2017.....	45
Tabela 9: Produtividade do trabalho em relação à VTI de 2007 a 2015.....	45
Tabela 10: Salários dos admitidos e desligados por municípios de 2007 a 2017.....	46
Tabela 11: Salário Nominal e Salário Real de 2006 a 2016.....	47
Tabela 12: Arrecadação de ICMS da indústria por município e benefícios concedidos de 2009 a 2016.....	49
Tabela 13: Índice de Desempenho dos Municípios de 2012, 2014 e 2016.....	52
Tabela 14: Posição no Ranking do IDM GERAL dos municípios Goianos.....	52

Resumo: Após a Constituição de 1988, os estados brasileiros passaram a ter maior autonomia, fazendo uso de política de incentivos fiscais para a atração de indústrias. Devido a disputa entre as regiões para atrações de novas indústrias ser muitas vezes considerada desleal por alguns estados, essa prática foi chamada de “guerra fiscal”. A indústria farmacêutica do estado de Goiás tem apresentado excelentes resultados ao longo dos últimos anos, chegando a produzir cerca de 32% dos medicamentos de todo o país. Esse desempenho histórico só foi alcançado devido as políticas de incentivos a indústria farmacêutica, em específico os programas FOMENTAR e PRODUZIR. O trabalho pretende analisar se as políticas de incentivos fiscais concedidas a Indústria farmacêutica têm contribuído para o desenvolvimento econômico do Estado de Goiás. Na metodologia foram utilizados para a coleta dos dados, instrumentos de pesquisa qualitativa e documental, a partir de dados obtidos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CADEGO), da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministérios de Trabalho, do Portal da Transparência do Estado de Goiás, da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE). Foi realizada entrevista com o coordenador financeiro da Progenericos, além de pesquisas em livros, revistas, manuais, jornais, periódicos e sítios relacionados ao assunto da investigação. Os resultados revelam uma evolução no grau de desenvolvimento do mercado farmacêutico e evolução nos salários dos trabalhadores. No entanto é baixo o número de postos de trabalho criados com a indústria farmacêutica. Os municípios onde a indústria farmacêutica está concentrada tem obtido crescimento do seu Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), porém 92% da indústria farmacêutica do estado de Goiás está concentrada em apenas três regiões, os municípios de Anápolis, Aparecida de Goiânia e Goiânia.

Palavras-chave: Incentivos fiscais. Desenvolvimento regional. Indústria farmacêutica. Estado de Goiás.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1.REVISÃO DA LITERATURA	10
1.1.DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O ESTADO DE GOIÁS	11
1.2. POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	16
1.2.1.POLÍTICA INDUSTRIAL	16
1.2.2.GUERRA FISCAL.....	17
1.2.3.POLÍTICAS DE INCENTIVOS EM GOIÁS	18
2. A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA.....	20
2.1.CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA	20
2.1.1.CARACTERÍSTICAS DOS BENS	21
2.1.2.CARACTERÍSTICAS DE MERCADO.....	22
2.2.A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL.....	26
2.2.1.VENDAS NO MERCADO FARMACÊUTICO BRASILEIRO	29
2.2.2. A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA POR ESTADO.....	33
2.3. A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO ESTADO DE GOIÁS	36
2.3.1.AS PRINCIPAIS REGIÕES DE ATRAÇÃO E OS POLOS INDUSTRIAIS DE INTERESSE DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA..	37
3. OS INCENTIVOS FISCAIS NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA GOIANA	40
3.1 DO FOMENTAR AO PRODUZIR	41
3.2 AS INFLUÊNCIAS DOS INCENTIVOS FISCAIS PARA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DO ESTADO DE GOIÁS	42
3.3 AS INFLUÊNCIAS DOS INCENTIVOS PARA A ARRECADAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.....	47
3.4 AS INFLUÊNCIAS DOS INCENTIVOS PARA SOCIEDADE	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

O estado de Goiás foi um dos últimos da federação a estimular o processo de desenvolvimento e industrialização. A região, até 1930, tinha baixa densidade demográfica, apenas 16 estabelecimentos industriais e empregava cerca de 244 operários. As condições estruturais da região não eram as mais atrativas em comparação às regiões historicamente consolidadas em seu processo industrial, como as regiões sul e sudeste. Para que a região se tornasse mais atrativa e promovesse o desenvolvimento regional e industrial ao longo do tempo, foi necessária a atuação de várias políticas de incentivo, como exemplo podemos citar os programas FOMENTAR e PRODUZIR. A indústria farmacêutica como participante desses programas, tem se instalado no estado de Goiás e obtido excelentes resultados, sendo que em 2014 foi responsável por cerca 32% das vendas de medicamentos de todo o país. O estado comporta os dois maiores complexos industriais de todo o país para o segmento farmacêutico.

O desenvolvimento regional e industrial está diretamente ligado as ações das políticas públicas empregada. Especificamente, o desenvolvimento da indústria está diretamente ligado à infraestrutura existente em cada região, ou seja, a promoção do desenvolvimento industrial tende a ser mais acentuado em regiões que possuem melhor infraestrutura. As políticas públicas têm como finalidade intervir corrigindo falhas de mercado, como as geradas pela desigualdade regional, quando os agentes econômicos não conseguem promover as correções de tais falhas espontaneamente. Para o desenvolvimento da indústria em regiões menos desenvolvidas, com maiores custos de produção devido à distância ou à falta de infraestrutura, é necessária a atuação de políticas industriais na promoção do desenvolvimento regional e da competitividade da indústria local.

O processo de investimento em infraestrutura depende diretamente da arrecadação de imposto e investimentos por parte do Estado. Segundo Perillo (2008), a principal estratégia encontrada pelo Estado para promover o desenvolvimento regional, é dada através da concessão de benefícios fiscais de ICMS.

A guerra fiscal é decorrente das políticas de incentivos fiscais, pois gera um regime concorrencial entre estados, que ofertam benefícios fiscais cada vez maiores, buscando atrair indústrias, “guerreando” de fato entre si, prejudicando outros estados e podendo no limite comprometer a sua própria arrecadação de impostos.

O presente trabalho têm como objetivo geral analisar se as políticas de incentivos fiscais à indústria farmacêutica têm de fato contribuído para o desenvolvimento econômico do estado de Goiás. Para alcançar esse objetivo geral foram delimitados os objetivos específicos:

i) Identificar o quê são, quais são as políticas de incentivos fiscais ao desenvolvimento regional e industrial, quais são os impactos destas políticas nos investimentos e associar as ações do governo estadual para priorizar as políticas de incentivo de migração desta indústria para o estado de Goiás; ii) Analisar as mudanças econômicas, fiscais, industriais e sociais ocorridas ao longo do tempo nas regiões em que essa indústria farmacêutica está instalada; iii) Avaliar os resultados das mudanças econômicas, fiscais, industriais e sociais ocorridas no intervalo da pesquisa foram influenciadas pelas políticas de incentivos a indústria farmacêutica.

A questão central a ser respondida pelo trabalho é saber se as políticas de incentivos fiscais concedidas à Indústria farmacêutica têm contribuído para o desenvolvimento econômico do estado de Goiás? A hipótese que se pretende comprovar é que as políticas de incentivos fiscais concedidas à Indústria farmacêutica têm contribuído para o desenvolvimento econômico do estado de Goiás.

Em relação à metodologia, foram utilizados para a coleta dos dados, instrumentos de pesquisa qualitativa e documental com auxílio de variáveis quantitativas, a partir de dados obtidos da Agência Nacional De Vigilância Sanitária (ANVISA), da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CADEGO), da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Trabalho, do Portal da Transparência do Estado de Goiás, da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE). Foi realizada entrevista com o coordenador financeiro da Progenericos, o qual disponibilizou dados dos valores acumulado de economia da população na compra de medicamentos genéricos, além de pesquisas em livros, revistas, manuais, jornais, periódicos e sítios relacionados ao assunto da investigação.

Em relação às variáveis quantitativas, foi analisado valor da transformação industrial (VTI) obtidos com base em dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), realizado pelo IMB. A análise das variáveis salários nominais, reais, de admitidos, de desligados, médio e saldo de admitidos e deligados foi através de dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no sistema do Ministério do Trabalho. Os dados de investimentos dos programas FOMENTAR, PRODUZIR e o Crédito Outorgado foram extraídos do Portal de transparência do estado de Goiás. Para valores reais de salário foram utilizados

a deflação em relação ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e para os valores reais dos programas FOMENTAR, PRODUIR e o crédito Outorgado foi utilizado o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) para deflação.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata da revisão da literatura e pretende abordar conceitos do desenvolvimento regional e das políticas públicas, além da abordagem da conjuntura histórica do estado de Goiás. O segundo capítulo descreve as características da indústria farmacêutica, destacando o cenário nacional e, em específico, o estado de Goiás. O terceiro capítulo analisa os incentivos fiscais concedidos à indústria farmacêutica e sua influência nesta indústria, para o estado e para a sociedade.

1. REVISÃO DA LITERATURA

Para o estudo econômico regional é fundamental analisarmos conceitos e aspectos relacionados à disparidade no desenvolvimento de cada região, que em parte é decorrente da escolha dos agentes econômicos¹ em alocar seus recursos. As ações das empresas em buscar maximizar o lucro e a dos indivíduos em alcançar o maior bem-estar levam a escolhas locais em regiões com melhores condições e benefícios.

A dinâmica gerada é que a região que possibilita a maximização do lucro e bem-estar, também atrai maior número de agentes econômicos, ampliando sua arrecadação e possibilitando que novos investimentos sejam realizados, melhorando ainda mais sua atratividade. Esse processo acarreta na consolidação da região na escolha ótima dos agentes sobre uma região em detrimento à outra, gerando aumento da disparidade ao longo do tempo. Essa externalidade² negativa gerada pela escolha de agentes econômicos acarreta na estagnação ou crise econômica das regiões menos atrativas. Mesmo que a decisão seja tomada em um ambiente competitivo de concorrência regional, torna-se uma falha de mercado afetando negativamente o desenvolvimento nacional.

(...) com a presença de externalidade, o equilíbrio competitivo não é necessariamente eficiente, levando a uma alocação ineficiente dos recursos. Existem algumas formas de corrigir essa deficiência resultante do livre funcionamento dos mecanismos de mercado, que podem ser caracterizados por alguma forma de intervenção do governo ou não (BIDERMAN, 2013, p. 21).

A política pública de incentivo fiscal é a principal ferramenta usada para gerar o desenvolvimento da regional. No Brasil essa ferramenta é usada pelo governo federal, estadual e municipal. Para definir o papel da política pública no estado de Goiás é necessário entender seu processo de desenvolvimento

regional e como as políticas públicas são influenciadoras das relações geográficas, econômicas e sociais.

1.1.DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O ESTADO DE GOIÁS

O desenvolvimento regional é um estudo abstrato, pois envolve uma noção de espaço que é muito relativa, segundo Tobler (1970) na qual se tem a definição da primeira Lei da Geografia, em que “tudo está relacionado a tudo mais, mas as coisas mais próximas estão mais relacionadas entre si do que as coisas mais distantes” (TOBLER, 1970, p. 236) tudo se relaciona através do tempo e espaço e negligenciar o relacionamento existente entre períodos pode ser perigoso para a análise científica. Com isso há a percepção da amplitude espacial e intertemporal que envolve o desenvolvimento regional. A delimitação do que é região segue a mesma linha, podendo ser considerada uma região os espaços com características semelhantes, territorial, organizacional e econômico de acordo com o objetivo da análise.

A aglomeração para fins de especialização produtiva, buscando a proximidade de matéria prima, mão-de-obra e vantagens físicas para abastecimento e fornecimento em geral, são importantes para a empresa alcançar ganhos de eficiências, segundo Marshall (1982 apud RESENDE, 2014). Todo esse movimento gerado pela empresa possibilita o surgimento de empresas relacionadas ao produto, tanto para o consumo quanto para o fornecimento de matéria prima, mão-de-obra, influenciando o desenvolvimento da região. Esse processo tende a acarretar na consolidação da região de forma a criar os chamados polos industriais³.

Segundo Weber (1969), de modo geral, a busca por benefícios de transporte e produção acarretam nas chamadas economias de aglomeração. O conceito de economia de aglomeração é definido como o resultado da aglomeração de empresas em um mesmo espaço no intuito de obter menores custos de locação, transporte e mão de obra, proximidade do mercado fornecedor e consumidor, facilidade de acessos à mão de obra especializada, infraestrutura física e econômica, novas tecnologias, informações de mercado e serviços (financeiros, publicitários, de pesquisa e etc.). Pode-se afirmar que o surgimento de polos industriais ocorre de duas formas, a natural (investimento privado) e artificial (investimento público).

A discussão do papel do Estado ao considerar a política econômica segue duas correntes de pensamento. A primeira trata-se da política econômica ortodoxa fundamentada na teoria neoclássica. Esta tem como objetivo central a manutenção do bom funcionamento do mercado e a estabilidade

monetária por meio da contração do gasto público e da restrição ao crédito, resultando na liberdade para a alocação de seus recursos de forma mais eficiente. A segunda baseia-se na política econômica heterodoxa fundamentada na teoria keynesiana ou uma leitura keynesiana da economia que parte da existência de um Estado enquanto agente central. Este Estado passa a garantir o funcionamento da economia, ao mesmo tempo em que estimula o crescimento, distribuição e regulação do mercado de forma mais ampla. O Estado faz uso de políticas fiscais e monetárias expansionistas para promover o crescimento e quando o mercado não atua de forma eficiente ou simplesmente a estratégia econômica requer uma intervenção direta, o Estado torna-se muitas vezes o produtor de bens e serviços.

Segundo dados do IBGE (2017a; 2017b), o Brasil possui cerca de 8,5 milhões de km² e uma população de mais de 207 milhões de habitantes, sendo considerado o maior país e mais populoso da América Latina e o quinto maior e mais populoso do mundo.

O Brasil é a maior potência industrial do Hemisfério Sul. Uma rápida observação da pauta de exportações revela a complexa diversificação de nossa economia. Se até os anos de 1950 vendíamos para o exterior essencialmente bens primários, sem grande transformação industrial, hoje dentre os principais produtos exportados estão aeronaves, automóveis, autopeças e produtos siderúrgicos. E o que é mais significativo: a proporção de bens manufaturados exportados supera a de bens com pouca ou nenhuma transformação industrial. (BORGES, 2010, p 45)

O modelo de industrialização brasileiro teve em sua construção vários elementos negativos como o processo de abertura comercial em 1990, cuja falta de políticas adequadas para a proteção de setores estratégicos trouxe simultaneamente a existência de uma competição desigual, se comparado aos países mais maduros em seu processo de industrialização.

Devido ao seu vasto território, o país apresenta características estruturais distintas para cada região. Tais características ocorrem por causa da sua história, da topografia e da formação das estruturas social e econômica em cada região. Conjuntamente as diversidades, existem inúmeros problemas regionais, gerados a partir da desigualdade nos processos de desenvolvimento regional e concentração da riqueza.

No Brasil, o papel do Estado no processo de industrialização e planejamento econômico foi bastante intenso no período de (1930 - 1945) no primeiro governo de Getúlio Vargas, mas se torna mais acentuado em 1956 com o governo de Juscelino Kubitschek, por meio do Plano de Metas⁴ referente a todos os setores estratégicos do país. Outro aspecto importante durante o governo de Juscelino foi a construção da nova capital do país, Brasília, em local estratégico e tinha como objetivo a interligação

das regiões do país, bem como a promoção do desenvolvimento do interior do país. Portanto, esse é um importante marco para quebra das barreiras da expansão capitalista e do desenvolvimento das demais regiões.

Entretanto o processo de desenvolvimento da região não dependia somente dos investimentos públicos em infraestrutura gerados com a criação da nova capital, mas também das vantagens locacionais já consolidadas na região Sudeste, que eram bastante expressivas. Segundo Pacheco (1996), as tentativas de planejamento territorial, visando o desenvolvimento de regiões fora do eixo industrial da região Sudeste ocorreu de forma fragmentada e em sua grande maioria, financiada por incentivos fiscais.

A região Sudeste apresentava altos índices de crescimento econômico, concentração da renda e industrialização. Entretanto já havia uma preocupação com o desenvolvimento das regiões do centro norte do país, cujo, levou a criação de superintendências específica para o assunto. Em 1959 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1966 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e em 1967 a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO).

Na Constituição de 1967⁵ foi realizada a unificação dos impostos de mesma natureza, com isso os Estados e Municípios perderam sua autonomia fiscal e consolidou o poder do Governo Federal nas decisões econômicas do país. A política regional apresentava um papel muito importante no desenvolvimento de vários setores industriais, principalmente as geradas por políticas nacionais mais abrangentes de desenvolvimento tais como na criação de indústrias energética, ampliação da infraestrutura, comunicação e habitação. No período de 1970 a 1980, os Planos Nacionais de Desenvolvimento⁶ I e II tinham aspectos mais abrangentes e realizaram gastos importantes em áreas de baixo desenvolvimento. Nesse período o PIB⁷ apresentou crescimento de cerca de 8% ao ano, no entanto o estado de São Paulo cresceu à taxa superior da média nacional.

No Brasil, em meados dos anos de 1980, devido as crises diversas e o esgotamento das finanças públicas, as políticas de desenvolvimento regional promovidas pelo Governo Federal recuaram, abrindo espaço para autonomia do Governo Estadual, Municipal e do Distrito Federal. Legitimada pela Constituição de 1988, tornou-se possível a autonomia fiscal e sua utilização como instrumento de atração de investimento para promover o desenvolvimento regional desde que fosse devidamente amparada por uma lei específica.

Há mais de duas décadas, os Estados “mais ricos” e os “menos desenvolvidos” da federação discutem a legalidade e a legitimidade de incentivos fiscais relacionados ao ICMS, concedidos como forma de atrair e manter indústrias e outras atividades de interesse local, mediante isenções, regimes especiais, créditos presumidos e outros benefícios fiscais relacionados ao recolhimento do citado imposto. (CASTILHO, 2017, S/P)

As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste utilizaram os incentivos fiscais para promover o desenvolvimento regional com exceção do Estado do Amapá.

Por fim, os Estados, principalmente os que estão em desenvolvimento, não podem prescindir de Programas de Desenvolvimento Regional, e o instrumento mais adequado, talvez o único, seja aquele ancorado em incentivos fiscais de ICMS, porque proporciona atração de novos investimentos e gera, com isso, maior desenvolvimento, equilíbrio social e convergência econômica. (PERILLO⁸, 2008, p. 13)

Além dos aspectos geográficos, a concepção histórica é de suma importância para entender o processo de acumulação de riqueza e de concentração industrial. O que foi chamado no Governo de Getúlio Vargas de “Macha para o Oeste” por volta de 1940 foi o primeiro grande projeto de incentivo ao desenvolvimento do Centro-Oeste e visava à intensificação do povoamento, criação de colônias agrícolas, construção de estradas, reforma agrária e o incentivo à produção agropecuária de sustentação. Anos depois, a construção de Brasília foi uma das principais estratégias para interligar a região ao resto de país. Porém, o processo de desenvolvimento regional leva tempo. Mesmo com toda a infraestrutura construída para região, a instalação de indústria era pouco atrativa comparada a regiões historicamente consolidadas com infraestrutura, como nas regiões litorâneas do Brasil.

A região Centro-Oeste composta pelo Distrito Federal e pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, é caracterizada por um território recém explorado com uma baixa densidade populacional em comparativos as regiões Sul, Sudeste e Nordeste. A região é a única que faz divisa com todas as regiões do país, no entanto, nenhuma divisa com o litoral. Essa característica é uma entre várias barreiras ao desenvolvimento regional, pois os portos são a principal porta de entrada e saída para importação e exportações de bens. As produções dessa região têm como principal meio de escoamento da produção o transporte terrestre até os Portos de Santos, Vitória, Paranaguá, Itajaí e Rio de Janeiro e os aeroportos de Guarulhos e Campinas. As ferrovias⁹ e a estação aduaneira¹⁰ são alternativas de baixo custo de transporte, no entanto, atualmente são insuficientes para o volume da produção que circula na região. A malha rodoviária é a principal forma de transporte atual da região, porém é de alto custo de manutenção, de baixa qualidade e gera um alto custo de transporte (IMB, 2011).

Tais disparidades entre as regiões do território nacional têm sido combatidas com programas governamentais de incentivos ao desenvolvimento regional. Nesse contexto, o Estado de Goiás foi beneficiado por programas de incentivos fiscais, com objetivo de incentivar a instalação e ampliação da indústria, propiciando desde infraestrutura necessária para instalação a cessão de terrenos para instalação das mesmas. Dentre os programas, podemos destacar o Fundo de Expansão da Indústria e Comércio (FEICOM), Fundo de Participação e Fomento à Indústria do Estado de Goiás (FOMENTAR), Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (PRODUZIR) e financiamento com o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) (SANTOS, 2012).

O Estado de Goiás até 1930 tinha baixa densidade populacional e pouca renda, sua economia consistia principalmente em economia de subsistência e possuía 16 estabelecimentos indústrias que representava 0,12% do total nacional, empregando 244 operários o equivalente a 0,9% do nacional. Em relação ao processo acelerado do crescimento da indústria nos últimos anos, o Estado evoluiu completamente seu perfil setorial. Apesar da intensa participação na economia de setores de exploração de matérias primas minerais e agropecuárias, tem crescido continuamente a sua participação em atividades industriais de grande escala, dentre elas se destacam as atividades industriais de transformações metalmeccânica, química, farmacêutica e alcooleira.

Segundo Perillo (2008), Goiás tem crescido até 2008, em média 4,5% ao ano, resultado superior a média nacional do período de 3,3%. O setor responsável por parte desse resultado é o industrial. A indústria aumentou sua participação no PIB de 23,9% em 2002 para aproximadamente 26% em 2005. O aumento da participação da indústria nos estados teve como principal representante a indústria de transformação a qual a indústria farmacêutica se enquadra, tendo 53% de representatividade dentre as indústrias do Estado. O PIB agropecuário de Goiás apresentou decréscimo de 18,72% em 2002 para 13,36% em 2005 mostrando a intenção do estado em se consolidar como estado industrial. Para Perillo (2008), o estado deve superar 35% de participação industrial no PIB para consolidar-se como um Estado Industrial.

Podemos afirmar que as políticas públicas de incentivos fiscais é a principal ferramenta de promoção do desenvolvimento regional resultando no fomento da industrialização da região e para alcançar tal resultado é fundamental entender a teoria que a política industrial se baseia.

1.2. POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Muito se discute sobre as políticas públicas de incentivo fiscal e é de suma importância entender as teorias que as fundamenta. Segundo Celina Souza Ph.D. em Ciência Política pela *London School of Economics and Political Science* (LSE) e Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia, os fundadores da área de políticas públicas são *Laswell*, H. Simon, C. *Lindblom* e D. Easton.

Segundo Souza (2006), cada autor contribuiu com fundamentos para definir o que é a política pública. Em 1936 Laswell introduziu a expressão *policy analysis* (análise de políticas públicas), foi o responsável por conciliar o conhecimento científico com os grupos de interesse e governo e formular três perguntas-chaves para formulação de política pública “quem ganha o quê, por que e que diferença faz?”. Em 1957 Simon foi responsável por introduzir a análise e o conceito de racionalidade limitada dos agentes públicos, chamados *policymakers*. Entre os anos de 1959 e 1979 *Lindblom* contribuiu com as ideias que há uma relação de interesse e poder incorporada ao processo de tomada de decisão e levanta questões sobre o racionalismo, o papel das eleições, da burocracia, dos partidos políticos e grupo de interesse. Baseado nesses autores conclui-se que “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (SOUZA, 2006, p. 20-45).

Ao partir desse pressuposto, podemos entender o interesse em políticas públicas advindo de disciplinas distintas como: Economia, Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Geografia, Planejamento, Gestão e Ciências Sociais Aplicadas.

1.2.1. POLÍTICA INDUSTRIAL

Segundo Krugman (1986), as políticas industriais são o empenho do governo em incentivar setores estratégicos da economia com intuito de estimular o desenvolvimento econômico direcionado. A política industrial apresenta aspecto focado em um objetivo ou meta. O fomento à industrialização e à expansão de um determinado setor não ocorrem de forma desordenada, existe uma estratégia econômica para a escolha e fomento de um setor industrial.

No Brasil, o caráter estratégico da política industrial foi amplamente explorado por vários governantes desde 1930. Dentre eles, temos como exemplos em que é perceptível o planejamento estratégico da política industrial o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). “(...) constitui-se

de uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e a expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do País.” (PRESIDÊNCIA, 1958, p. 13).

Seguinte ao Plano de Metas teve os Planos Nacionais de Desenvolvimento I PND (1969-1974), o II PND (1974-1979) e o III PND (1979-1985) com foco no desenvolvimento nacional de médio e longo prazo. Essas políticas eram compostas por um elevado investimento em pesquisa e desenvolvimento, criação de estatais, créditos específicos para o fomento da industrialização e proteção econômica da indústria nascente. (BORGES, 2010)

A lógica do processo dessa política foi obrigada a evoluir ao longo do tempo, mudança econômica e política do país mudaram os rumos da política econômica nacional. Na década de 80, o foco nacional era a estabilização econômica e o combate à inflação. Com o Plano Collor houve a redução das alíquotas dos impostos sobre as importações, com essa abertura econômica toda a indústria teve que reestruturar seu processo produtivo. Outro aspecto deste período foi o grande número de desestatização, transferências de empresas estatais, por meio de leilões para a iniciativa privada. Grandes partes das medidas desse período não faziam parte de uma política industrial. (BORGES, 2010)

O caráter nacional da política industrial perdeu fôlego porém deu lugar a iniciativas regionais. A estratégia usada por cada estado e municípios para a atração e desenvolvimento da indústria em seu território teve que ser alterada. As principais ferramentas de incentivo usadas foram a renúncia fiscal com a redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o financiamento das indústrias a taxas reduzidas entre outras ferramentas específicas de cada estado ou seguimento. (BORGES, 2010)

A política industrial pode ser conceituada em um conjunto de ações que propiciam o desenvolvimento do setor em uma determinada região. São ferramentas de política industrial o incentivo fiscal, créditos subsidiados, investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), acordos econômicos ou zonas francas e de processamento para exportação favorável a indústria e intervenção direta do estado (estatização ou parcerias do estado com a iniciativa privada). (BORGES, 2010)

1.2.2. GUERRA FISCAL

O processo de desconcentração da riqueza como políticas públicas nacionais de desenvolvimento, não é um processo rápido e, além de gerar impasses políticos relacionados aos grupos de interesses de

cada região, esse processo está sujeito a sofrer em primeira instância às crises vividas pela economia nacional, como os ocorridos na década de 1980, crises internas e externas que afetaram a economia.

As dificuldades, pela ordem, são fruto de movimentos externos e internos: flexibilização das taxas de câmbio, juros, crise do petróleo e desajuste no balanço de pagamentos. No que tange a problemas internos, pode-se apontar como causas do endividamento: o ajuste exportador, desequilíbrio fiscal e políticas de endividamento para conter os avanços das taxas de inflação (PASCHOAL, 2003, S/P).

As políticas industriais antes patrocinadas pela União foram abandonadas e o processo de desenvolvimento perdeu fôlego. Após a Constituição de 1988 os estados e municípios brasileiros passaram a ter uma maior autonomia fiscal, devido a maior fatia da arrecadação tributária. Essa maior liberdade foi o elemento chave para a retomada do desenvolvimento regional via política industrial que ocasionou em uma maior concorrência entre os estados e municípios para atração de empresas em seus territórios. Essa concorrência tributária foi então denominada “guerra fiscal”, guerra por ser caracterizada por uma disputa entre os estados e municípios como uma espécie de leilão entre a menor tributação ou benefícios.

Essa disputa não é apenas tributária com renúncia da arrecadação de ICMS e ISS, mas também de outros benefícios financeiros. Os incentivos podem ser para iniciação de sua atividade como concessões de terrenos, criação de infraestrutura, empréstimos e facilitação legal.

A guerra fiscal tem esse nome devido sua competitividade que para alguns estados é considerada predatória. Com isso os incentivos fiscais podem apresentar externalidades negativas pela concentração, pois as regiões que oferecem maior incentivo desenvolvem uma alta concentração industrial em detrimento de regiões com menor capacidade de investimento em incentivos. Esse processo também pode acarretar na ineficiência fiscal da região, pois o volume de incentivos pode não gerar arrecadação necessária para suprir as despesas da região e beneficiar a sociedade.

1.2.3. POLÍTICAS DE INCENTIVOS EM GOIÁS

A região Centro-Oeste passou a participar do FCO, criado pela lei federal n.º 7.827 no dia 27 de setembro de 1989 o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). O fundo foi criado para financiar os setores produtivos, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região tanto econômico quanto social. Entre as prioridades gerais do fundo, então projetos da indústria.

(...) as atividades industriais voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia produtiva da indústria de alimentos e bebidas, vestuário, mobiliário, metal-mecânico, editorial e

gráfico, **fármacos e químico**, construção civil e tecnologia da informação e das áreas de desenvolvimento econômico; e as atividades industriais consideradas estratégicas para a consolidação de parques industriais. (SUDECO, 2016, p. 3, grifo nosso)

Conforme art. 6º da mesma Lei, a principal fonte de recursos para o fundo é proveniente de repasses do Tesouro Nacional, correspondente à arrecadação de IR e do IPI, retornos e resultados das aplicações e resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados.

Recursos do FCO são subdivididos nas quatro unidades federais do Centro-Oeste, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o montante do recurso é maior no Distrito Federal e o menor no Mato Grosso do Sul. Esses recursos podem ser distribuídos em cada região em dois programas, FCO Empresarial e FCO Rural. O FCO Empresarial se subdivide nas linhas Indústria, Infraestrutura, Turismo, Comércio, Serviços e C,T&I (desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovações). O valor de investimento é de cerca de 33% do total de investimento de todo programa FCO Empresarial e que ainda se beneficia indiretamente dos investimentos em infraestrutura, comércios, serviços e C,T&I. (CASTRO, 2014)

O estado de Goiás inicialmente participava do FEICON, programa criado por meio da Lei nº. 7.700/1973. O programa responsável pela atração das primeiras indústrias para o estado de Goiás e foi responsável pela criação dos primeiros polos industriais no estado no período correspondente ao II PND (1975 a 1979), sendo substituído pelo programa FOMENTAR em 1989. (CASTRO, 2014)

O FOMENTAR consistia em benefícios fiscais para as empresas por período de 15 anos e com isso teve a participação de mais de 1.122 empresas. A renúncia fiscal chegou até 70% do ICMS e os 30% de arrecadação que incorporam aos cofres públicos foi considerado um incremento para o estado, pois o número de empresas que se estabeleceu foi muito maior que as atuantes antes do início do programa. (SANTOS, 2012).

O programa FOMENTAR, devido a seu grande sucesso, abriu espaço para o programa PRODUIR em 2000, que era bem similar, mas com uma ampliação dos benefícios e alterações em suas regras, permitindo englobar um maior número de beneficiados e maiores benefícios, que será o objeto de estudos dos próximos capítulos juntamente com os benefícios gerados por meio deles. (SANTOS, 2012).

Baseado nos tópicos abordados percebe-se que para a promoção do desenvolvimento regional no estado de Goiás, barreiras estruturais e históricas precisam ser quebradas e é imprescindível a utilização de políticas de incentivos fiscais para promover o fomento à industrialização, para que com

isso a região possa ser considerada uma região industrializada alcançando o patamar de 35% de participação industrial. Para isso incentivo tem que ser concedidos para que a região seja atrativa em relação as regiões consolidadas industrialmente. (PERILLO, 2008).

Conclui-se que devido à atratividade relativa a regiões historicamente industrializadas, a política pública preconiza o bom funcionamento de mercado e sua distribuição de maneira eficiente. A atuação de políticas de incentivos fiscais à indústria no estado de Goiás buscam a eficiência da região em nível nacional podendo competir de igual modo com as demais regiões do país. Porém, devem-se atentar às externalidades negativas que possam ser geradas com má aplicação de tais políticas, como a guerra fiscal levando a concorrência predatória, desigualdades entre regiões e a ineficiência dos incentivos em relação ao fundamento de suas Leis específicas, em que muitas delas preconizam a geração de emprego e melhorias socioeconômicas para o estado e não somente uma facilidade fiscal para atratividade industrial (CASTRO, 2014).

Com isso o objeto de estudo desse trabalho é analisar as políticas de incentivos fiscais a indústria farmacêutica partindo da concepção de políticas públicas, política industrial e desenvolvimento regional no âmbito socioeconômico do estado de Goiás. Baseado nessa análise teremos propriedade para julgar se os incentivos concedidos pelo Estado têm sido eficiente e responder as questões formuladas por Laswell em 1936, “quem ganha o quê, por que e que diferença faz?”.

2. A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Neste capítulo são abordadas as características da indústria farmacêutica e conceituada sua especificidade em relação ao bem e ao mercado. Será estudado o caso brasileiro e como tem sido distribuída a indústria farmacêutica por estado e mercado.

Baseado nos aspectos levantados no capítulo anterior, analisaremos o comportamento da indústria farmacêutica no estado de Goiás e quais são as regiões de incentivos. Essa análise é importante para avaliar se as alterações estruturais e socioeconômicas de cada região de atração da indústria farmacêutica foram promovidas direta e indiretamente pela instalação da indústria farmacêutica em detrimento dos incentivos fiscais que a região recebeu.

2.1. CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

A indústria farmacêutica é de grande importância para a sociedade, devido seus aspectos econômicos, como a participação direta no PIB, e aspectos sociais, como na melhoria da saúde da população. Ela

tem característica de oligopólio, pois o desenvolvimento de fórmula para criação de medicamentos depende de um elevado grau de investimento e necessita de proteção para manter esse volume de investimento.

As patentes são uma forma de evitar que uma fórmula com elevado valor de investimento não seja copiada por outras empresas. Com isso, para se ter acesso à determinada patente, a empresa interessada deve pagar royalties, quantia paga pelo direito de uso da patente. Devido ao elevado gasto em pesquisa e desenvolvimento da fórmula, esses *royalties* são extremamente caros, tornando uma grande barreira à entrada.

As barreiras sanitárias e os regulamentos do setor são outros entraves à entrada e fortalecem a consolidação de oligopólios. Porém, a tendência é de aumento da concorrência, pois, à medida que as patentes expiram, abre-se margem para atuação de indústria de medicamentos genéricos e farmácias de manipulação. Outro ponto que contribui para o aumento da concorrência é a queda na produtividade na pesquisa e desenvolvimento de novas fórmulas, que tem sido o principal ponto de redução do poder de mercado das grandes indústrias do segmento (DUARTE, 2015).

Para melhor entender as características da indústria farmacêutica é necessário analisar as características dos bens e do mercado.

2.1.1. CARACTERÍSTICAS DOS BENS

A indústria farmacêutica tem seu desempenho diretamente ligado ao desenvolvimento de pesquisa química, tecnológica, médica e de mercado. A pesquisa química em específico o estudo da química fina é responsável pela criação e aprimoramento de novas substâncias e é a principal responsável pela criação de medicamentos mais complexos com maior eficiência no combate de doença. A tecnologia é a responsável pelo aumento da quantidade e qualidade com o aprimoramento de técnicas para manipulação das substâncias e produção em massa de medicamentos através de máquinas e equipamentos cada vez mais complexos e eficientes, geralmente moldados especificamente para indústria farmacêutica (TEIXEIRA, 2014).

O processo de desenvolvimento de medicamento tem como finalidade atender o desenvolvimento da medicina e a pretensão é evoluir correspondentemente com diagnósticos de doença, por isso é de suma importância para indústria farmacêutica realizar elevados investimentos em P&D (TEIXEIRA, 2014).

Segundo ANVISA (2017), os medicamentos são classificados de acordo com o grupo de atuação, são:

- Produtos de receituário médico (medicamentos éticos) – medicamentos comercializáveis somente sob prescrição médica, que subdividem em duas categorias e podem ser diferenciados pela embalagem, como os medicamentos de tarja vermelha, que só podem ser vendidos com apresentação da receita médica, e os medicamentos com tarja preta, que para a venda é necessário a retenção da receita médica, pois podem gerar dependência ou risco;
- Produtos OTC¹¹ (medicamentos não éticos) – São medicamentos de venda livre, cujo não é necessária a apresentação de receita medica. São geralmente medicamentos que já foi necessária a apresentação de receita e ao longo do tempo foi constatado que não era necessária;
- Medicamentos genéricos – são medicamentos que possuem a mesma substância, dose, forma farmacêutica e via de administração que o medicamento referência (marca) e podem ser trocados por produzir o mesmo efeito. A diferença dessa categoria é apenas o fato de as patentes dos produtos de referência terem expirado;
- Medicamentos manipulados – são medicamentos produzidos de forma artesanal em que os médicos prescrevem as substancias e a dosagem para que seja manipulado em uma farmácia¹². Esses produtos só podem ser produzidos em farmácias especializadas em manipulação. Em drogarias¹³, não é permitida a comercialização;
- Medicamentos homeopáticos – são medicamentos com dosagem mínima extremamente diluída e acredita-se que os princípios ativos são potencializados quando diluídos.

Como já mencionado, as patentes tem um papel fundamental para a determinação dos grupos de medicamentos. Geralmente são multinacionais as principais empresas detentoras das patentes e durante o período de proteção tendem a manter preços elevados com intuito de recuperar os investimentos em P&D para criar o produto. Após a expiração das patentes tais empresas ficam sujeitas a um regime concorrencial. O aspecto crucial para o bom desempenho das empresas está na pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos e no desenvolvimento de genéricos baseados em patentes já expiradas. Com isso é de suma importância entender como funciona o mercado (TEIXEIRA, 2014).

2.1.2.CARACTERÍSTICAS DE MERCADO

Os mercados ao qual a indústria farmacêutica está inserida apresentam características diferenciadas das demais indústrias de transformação. O consumo de medicamento está ligado diretamente ao tipo

de enfermidade e ao tratamento desejável, no qual geralmente o médico define o tratamento a ser realizado e baseado nisso o médico é o foco de campanhas de marketing (TEIXEIRA, 2014).

Outra peculiaridade na demanda que ela é inelástica e extremamente específica ao medicamento. O paciente não pode substituir o medicamento por outro que não seja o recomendado para a patologia da enfermidade, com isso a demanda é inelástica ao preço. Paciente com maior poder aquisitivo, ou poder aquisitivo intermediário, baseia-se na confiança paciente-médico, em vez do preço, para adquirir o medicamento. Por sua vez, a população de baixa renda é pouco afetada pelo preço, pois depende em sua grande maioria dos medicamentos oferecidos pela rede pública de saúde (TEIXEIRA, 2014).

Os médicos desconhecem a restrição orçamentária de seus pacientes ao prescreverem os medicamentos e, por esse motivo, a campanha publicitária que tem como foco os médicos e não a população consumidora final do medicamento (TEIXEIRA, 2014).

O governo visa garantir o acesso da população a medicamentos essenciais e a tomada de decisão está relacionada à busca por medicamentos com menor preço. Com isso medicamentos com patentes expiradas em que a concorrência com medicamento genérica é de suma importância para o governo reduzir seus gastos com saúde pública (TEIXEIRA, 2014).

O alto custo para o desenvolvimento de novos medicamentos, o acirramento da competição de laboratórios e a expiração de patentes têm acarretado em um movimento de fusão e aquisição de empresas e migração de plantas produtivas no intuito de reduzir ao máximo os custos diretos ou indiretos de produção. A busca das empresas para se tornar menos onerosas e mais eficientes leva a terceirização de alguns serviços como a produção de embalagens, transporte de matérias prima e produto final, armazenagem de estoque, testes pré-clínicos e etc. Esse processo gera movimentação econômica de forma abrangente a região em que a indústria está instalada (TEIXEIRA, 2014).

Segundo dados da IMS Health (2013), as projeções de crescimento global das despesas por medicamento são positivas conforme será apresentado na Figura 1. Segundo as projeções espera-se que os gastos globais com medicamentos alcance \$1,17 trilhões de dólares em 2017, um aumento de cerca de \$205 milhões de dólares, cerca de 21% de aumento que mostra que mesmo sendo um aumento inferior ao período de 2007 a 2012 de aproximadamente 32% ainda é um aumento significativo em relação às demais áreas da economia mundial.

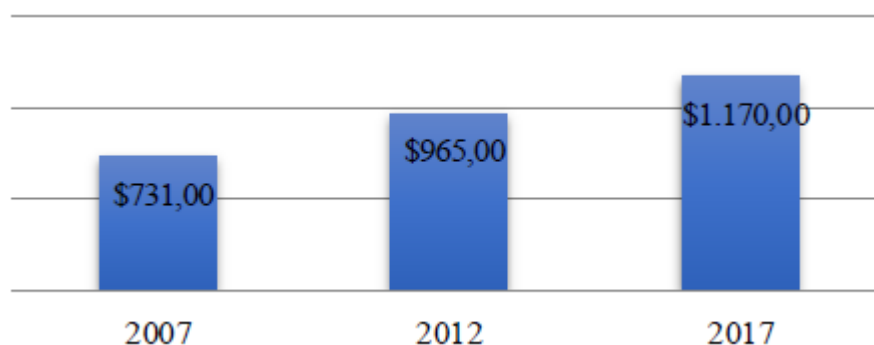


Figura 1: Projeção de despesas globais de medicamentos, (em bilhões de dólares), 2007, 2012 e 2017

Fonte: IMS (2013) adaptação dos autores.

Alguns mercados têm destaque quanto à participação desse resultado. Segundo IMS Health, no mesmo estudo foram identificados quais são os principais países emergentes no mercado consumidor de medicamentos em 2013. Segundo o relatório o mercado farmacêutico do chamado BRIC grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China foi apontado como sendo os mercados emergentes de consumo de produtos farmacêuticos mais promissores e esse grupo seria o responsável por mais da metade do mercado global do período entre os emergentes conforme Figura 2.

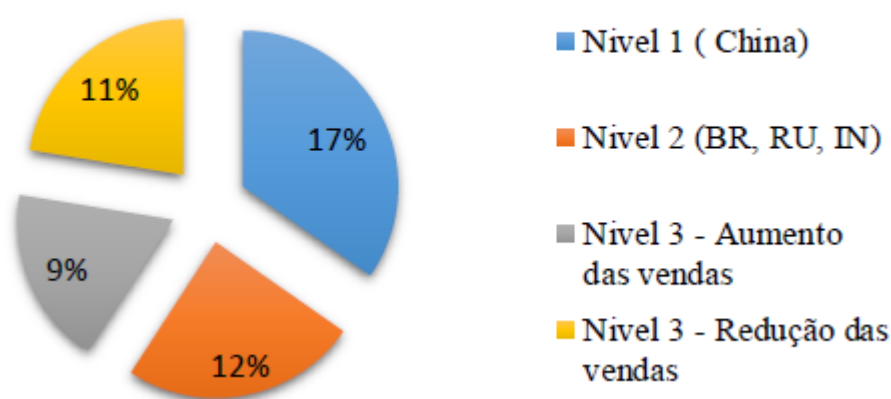


Figura 2: Percentual de vendas no mercado global de medicamentos per capita em 2013

Fonte: IMS (2013) adaptação dos autores.

Em 2016 a IMS Health realizou nova projeção para até 2021 mostrando o crescimento relativo desses mercados, usando como parâmetro de crescimento a posição relativa do mercado em relação aos mercados dos Estados Unidos, a projeção mostra os 20 países com o maior mercado consumidor de medicamento do período e a variação de sua posição anterior com intervalo de cinco anos. Com base nesse ranking podemos observar o potencial BRIC como mercados emergentes. Deve-se ter uma

atenção especial para o cenário brasileiro que passou da 10ª posição em 2011 para 8ª em 2016 e conforme projeções no ano de 2021 o Brasil estará entre os cinco maiores mercados consumidores do mundo conforme (Tabela 1).

Tabela 1: Ranking de crescimento do mercado de medicamentos, 2011, 2016 e 2021

2011				2016				2021			
Posição	Δ	Países	Índice	Posição	Δ	Países	Índice	Posição	Δ	Países	Índice
1		Estados Unidos	100	1		Estados Unidos	100	1		Estados Unidos	100
2		Japão	24	2	↑1	China	26	2		China	25
3	↑2	China	20	3	↓1	Japão	19	3		Japão	14
4		Alemanha	11	4		Alemanha	10	4		Alemanha	8
5	↓2	França	10	5		França	7	5	↑3	Brasil	6
6		Itália	7	6		Itália	6	6	↑1	Reino Unido	6
7		Reino Unido	6	7		Reino Unido	6	7	↓1	Itália	5
8		Espanha	6	8	↑2	Brasil	6	8	↓3	França	5
9		Canadá	5	9	↓1	Espanha	5	9	↑2	Índia	5
10	↑1	Brasil	5	10	↓1	Canadá	4	10	↓1	Espanha	4
11	↓1	Corrêa do Sul	3	11	↑2	Índia	4	11	↓1	Canadá	4
12		Austrália	3	12		Austrália	3	12	↑1	Corrêa do Sul	2
13	↑1	Índia	3	13	↓2	Corrêa do Sul	3	13	↑1	Rússia	2
14	↓1	México	2	14	↑1	Rússia	3	14	↑2	Turquia	2
15	↑7	Rússia	2	15	↓1	México	2	15	↓3	Austrália	2
16	↑3	Polônia	2	16	↑5	Turquia	2	16	↓1	México	2
17	↑9	Argentina	2	17	↓1	Polônia	1	17	↑1	Arábia Saudita	1
18	↓3	Países baixos	2	18	↑6	Arábia Saudita	1	18	↓1	Polônia	1
19	↓3	Bélgica	2	19	↑2	Argentina	1	19		Argentina	1
20	↓3	Suíça	2	20		Suíça	1	20	↑7	Egito	1

Fonte: IMS (2016) adapta ção dos autores.

O crescimento do mercado consumidor gerou um movimento de expansão em regiões até o momento não exploradas, descentralizando as atividades industriais e comerciais. Esse processo de internacionalização da indústria farmacêutica levou as grandes indústrias a fazerem fusão e aquisição de países em expansão.

Segundo a Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ) em 2015, apesar do movimento de internacionalização da indústria farmacêutica, a indústria ainda permanece muito concentrada. Até 2012, as 100 maiores farmacêuticas estavam lotadas em 23 países, sendo que cerca de 84% em 11 países e metade dessas empresas e das vendas concentrados nos Estados Unidos e Japão conforme (Tabela 2) (CNQ, 2015).

Alguns países têm destaque positivo, como é o caso da Suíça, que ocupa a 5ª posição em número de empresas e tem a 3ª maior arrecadação. Como destaque negativo, tem a Índia com a 3ª maior em número de empresas e 7ª em arrecadação, que representa cerca de 10% da arrecadação do Japão.

Tabela 2: Distribuição das maiores empresas do setor farmacêutico por país

País	Total de empresas	Vendas - 2012 (US\$ Bilhões)	(%) sobre o total
Estados Unidos	28	\$ 250.769,00	37,8%
Japão	22	\$ 86.360,00	13,0%
Índia	8	\$ 9.123,00	1,4%
Alemanha	6	\$ 42.145,00	6,4%
Suíça	5	\$ 83.566,00	12,6%
Itália	3	\$ 3.332,00	0,5%
Dinamarca	3	\$ 17.349,00	2,6%
França	3	\$ 44.882,00	6,8%
Portugal	3	\$ 4.035,00	0,6%
Suíça / Estados Unidos	2	\$ 9.095,00	1,4%
Corrêa do Sul	2	\$ 1.445,00	0,2%
Demais países	14	\$ 110.838,00	16,7%
Total		\$ 662.939,00	100,0%

Fonte: CNQ (2015) adaptação dos autores.

Portanto, o que se pode concluir é que o mercado farmacêutico é bastante promissor, ainda mais se analisar a situação do mercado brasileiro, percebe-se a grande potencial a ser explorado pela indústria farmacêutica para os próximos anos. Porém esse mercado ainda é muito concentrado e empresas internacionais têm grande poder de mercado devido seu tamanho e número de patente. Ademais, a indústria farmacêutica brasileira tem passado por grandes transformações estruturais e políticas com intuito de afirmar sua posição no mercado nacional e internacional que serão abordadas a seguir.

2.2.A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL

A indústria farmacêutica brasileira tem grandes vantagens em relação às demais indústrias de transformação. Segundo o deputado Arolde de Oliveira (PSD-RJ), atualmente, apenas 17% dos produtos do setor oferecidos no Brasil são nacionais, e para manter a rede básica de saúde, o Governo se tornou o principal demandante de medicamentos. Com isso, os incentivos em pesquisa de desenvolvimento de medicamentos juntamente com o bom desempenho da indústria farmacêutica são essenciais para o Governo.

Os incentivos fiscais na indústria farmacêutica reduzem os custos dos produtos, pois à medida que novos medicamentos são desenvolvidos nacionalmente, deixam de serem importados. Com isso, os custos para aquisição das remessas necessárias de medicamento para manter o Sistema Único de

Saúde (SUS) caem proporcionalmente e os repasses dessas reduções aos preços dos produtos geram benefícios para o próprio governo e para a população.

A redução nos preços, o desenvolvimento de novos medicamentos e a nacionalização de medicamentos já existentes gera melhor qualidade de vida para a população, que os consomem juntamente com os benefícios socioeconômicos gerados pela implantação e ampliação da indústria para a região. Com isso, projetos de lei com a PL 117/15, que incentiva a pesquisa e desenvolvimento de medicamentos e o programa de incentivos a indústria farmacêutica, são de suma importância para a sociedade. Na medida em que o Brasil produz com tecnologia própria, os custos caem e gera um alcance social maior para os produtos fármacos (DUARTE, 2015).

O Brasil passou por mudanças significativas na indústria farmacêutica com a criação da LEI Nº 9.279, de 14 de maio de 1996, a chamada “Lei da Patente”, assegurando o direito de prioridade em prazos previamente estabelecidos para garantir os investimentos no desenvolvimento da propriedade industrial sem abster do interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país após a expiração da patente (TEIXEIRA, 2014).

A Lei da patente foi decisiva para mais tarde ser criada a LEI Nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, assegurando com isso a equivalência terapêutica dos medicamentos similares. Com isso, duas vertentes podem ser analisadas, a respeito dos impactos sobre os medicamentos de referência e medicamentos genéricos. A primeira vertente respectivamente é que com a Lei da Patente, os investimentos em P&D têm uma maior garantia dos retornos na criação de novos medicamentos, uma vez que não será aceito cópia das invenções no período de vigência da patente, gerando um aumento da credibilidade para o investidor. A segunda é que após a expiração da patente será permitido que outro laboratório produza medicamentos genéricos (TEIXEIRA, 2014).

Medicamentos genéricos: É aquele que contém o mesmo princípio ativo, na mesma dose e forma farmacêutica, é administrado pela mesma via e com a mesma posologia e indicação terapêutica do medicamento de referência, apresentando eficácia e segurança equivalentes à do medicamento de referência podendo, com este, ser intercambiável. A intercambialidade, (...) Os medicamentos genéricos podem ser identificados pela tarja amarela na qual se lê "Medicamento Genérico". Além disso, deve constar na embalagem a frase “Medicamento Genérico Lei nº 9.787/99”. Como os genéricos não têm marca, o que você lê na embalagem é o princípio ativo do medicamento (ANVISA. 2017. S/P)

Com a liberação de novos laboratórios para a produção do medicamento com a patente expirada, os custos com de P&D são mínimos, pois já foram incorporados no desenvolvimento do medicamento de

referência, possibilitando que o laboratório repasse tal economia aos preços dos medicamentos genéricos. Outro aspecto importante gerado com o menor custo de P&D é que essa redução dos preços gera um efeito concorrencial que força a ampliação da redução. Com os custos de investimentos na produção dos medicamentos reduzidos, são menores as barreiras a entradas de novos laboratórios, aumentando a concorrência e este aumento da concorrência reduz ainda mais os preços (TEIXEIRA, 2014).

Segundo Progenericos (2017), os medicamentos genéricos são em média até 35% mais baratos que os medicamentos de referência e essa diferença podem chegar até 60% no valor vendido nas farmácias. O faturamento do setor em 2016 foi de aproximadamente 6,3 bilhões de reais e corresponde a 31,86% das vendas por unidades de medicamentos no Brasil. Em 2016 os brasileiros já tinham economizado com medicamentos mais de 87.374 bilhões de reais 17.222 bilhões só no ano de 2016 conforme (Tabela 3).

Tabela 3: Economia Acumulada em Bilhões de Reais (R\$) de 2001 a 2016

Ano	Economia Acumulada em Bilhões de Reais R\$	Variação em Bilhões de R\$	Variação %
2001	221	221	-
2002	697	476	115,38%
2003	1.405	708	48,74%
2004	2.376	971	37,15%
2005	3.649	1.273	31,10%
2006	5.358	1.709	34,25%
2007	7.547	2.189	28,09%
2008	10.271	2.724	24,44%
2009	13.669	3.398	24,74%
2010	18.312	4.643	36,64%
2011	24.840	6.528	40,60%
2012	33.311	8.471	29,76%
2013	43.391	10.080	18,99%
2014	55.453	12.062	19,66%
2015	70.152	14.699	21,86%
2016	87.374	17.222	17,16%

Fonte: Dados de entrevista com o coordenador financeiro da Progenericos em (2017). Elaboração própria.

Rafael Barros, coordenador financeiro administrativo da Progenericos, informou em entrevista que, até setembro de 2017 já havia registrado que a economia dos brasileiros com a compra de medicamento genéricos estava em torno R\$ 101.532 bilhões de economia acumulada, cerca de R\$ 14.158,00 bilhões de janeiro á setembro de 2017. Com isso percebemos a importancia dos genéricos

para a melhoria da qualidade de vida nacional, possibilitando acesso a medicamentos a faixa de rendas mais baixas e reduzindo o peso dos medicamentos na cesta de consumo dos brasileiros.

Entretanto, a indústria farmacêutica também passou por momentos críticos, pois como todos os setores da economia, são diretamente afetados pelas conjunturas da economia e política do país.

Crise econômica, troca de governo, a permanente interlocução com a ANVISA e o Ministério da Saúde sobre temas regulatórios e de acesso. O ano de 2016 não foi fácil para a indústria farmacêutica, assim como para os demais segmentos produtivos. (...) Ter tido bons resultados nesse período tão complicado nos encoraja e dá confiança para enfrentar 2017, outro ano que promete grandes desafios para o setor (SINDUSFARMA, 2016. p. 5).

O mercado farmacêutico brasileiro apresenta resultados importantes para a economia do país, pois apesar da crise contínua, apresenta resultados positivos nas vendas no mercado farmacêutico brasileiro.

2.2.1.VENDAS NO MERCADO FARMACÊUTICO BRASILEIRO

O impacto gerado pela implantação da Lei da patente, Lei dos genéricos e juntamente com regulamentação do setor gerou impactos positivos e importante para o Brasil. Um dos impactos foi a redução da proporção de medicamentos de origem estrangeira em relação aos medicamento nacionais.

De acordo com a Figura 3, a proporção do consumo de medicamentos nacionais em relação a medicamentos estrangeiros foi invertida a partir de 2012. Analisando o período de 2003 a 2015 o desempenho dos laboratórios farmacêuticos nacional foi surpreendente, pois passou de 33,56% das vendas em reais no mercado farmacêutico brasileiro, aproximadamente 1/3 do mercado, para 56,66% em 2015 mais da metade do mercado nacional. Essa foi uma conquista importante para o país, demonstrando o crescimento do setor na economia nacional, tendo em vista que houve crescimento do mercado consumidor nacional.

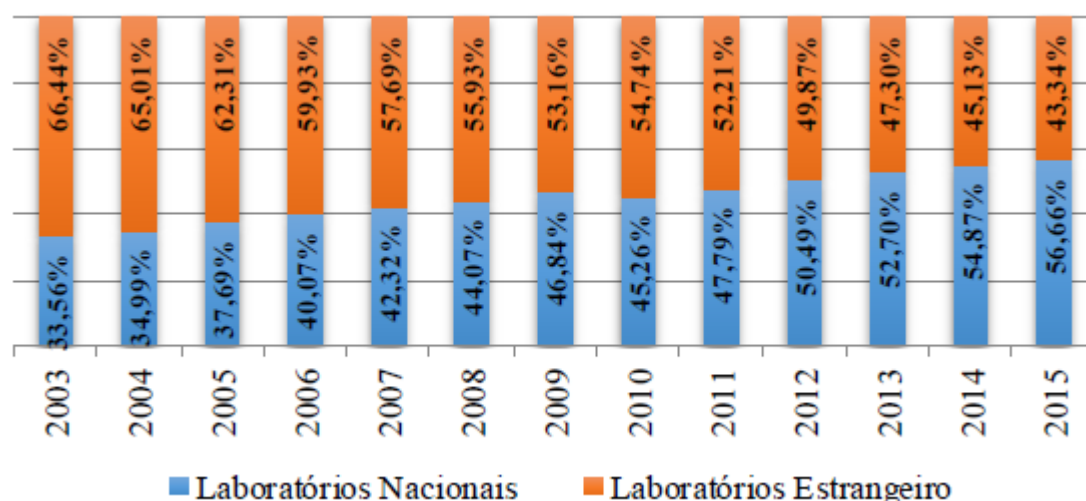


Figura 3: Participação percentual dos Laboratórios de Origem Nacional e os de Origem Estrangeira, nas Vendas em Reais (R\$) nos períodos de 2003 a 2015

Fonte: SINDUSFARMA, 2017 adaptação dos autores.

Segundo Sindusfarma (2016), a demanda de medicamentos no Brasil em 2015 gerou 75,4 bilhões de reais em vendas, cerca de 14,33% superior ao ano anterior. Foi vendido em torno de 3,39 bilhões de caixas de medicamentos 7,4% superior a 2014. Os medicamentos genéricos tiveram um papel importante nesse resultado, pois em 2015 foram responsáveis por 19,7 bilhões de reais em vendas, equivalente a 26,13% do volume total de vendas, cerca de 21,6% superior as vendas de genéricos no ano anterior.

Desde 2008 os laboratórios nacionais já vendem volumes maiores de medicamento em unidades (caixas) em relação aos estrangeiros. Em 2003 o mercado nacional era responsável por 37,50% do volume vendido, chegando a 50,19% em 2008 e alcançando o patamar de 65,15% das vendas em unidade (caixas). Com isso percebemos a relevância desse mercado em constante crescimento.

Todavia, é importante analisar a origem do laboratório, pois devido ao potencial do mercado, muitas empresas multinacionais visam explorar o mercado brasileiro se instalando e fundindo a empresas nacionais. Segundo a IMS (2016), o laboratório de origem nacional e o de origem multinacional instalados no Brasil têm apresentando dinâmicas diferentes, em 2012 as vendas em reais (R\$) de medicamentos de laboratório de origem nacional eram de 42,99% em relação ao multinacional, em 2016 foi de 46,34%. Esse mesmo relatório mostrou que as vendas por unidade (caixas) em 2012 eram de 55,09% em produtos nacionais e em 2016 foi para 62,51%.

O aumento em proporções diferentes está diretamente ligado ao tipo de medicamento comercializado pelos laboratórios de origem nacional, pois segundo o estudo do SINDUSFARMA (2017) os laboratórios de origem nacional são em sua maioria laboratórios especializados em medicamentos genéricos, que apresentam baixo custo em relação aos medicamentos de referência e são mais acessíveis à população, permitindo um volume maior de venda. As mudanças na estrutura da indústria farmacêutica brasileira afetaram rapidamente o mercado e promoveram o desenvolvimento da indústria nacional em ritmo superior a indústria estrangeira.

Um fator importante no setor farmacêutico é o seu desempenho em relação às demais indústrias de transformações a qual pertence. Segundo a Sindusfarma (2017), a capacidade produtiva da indústria farmacêutica que está se tornando mais eficiente em relação às demais indústrias de transformações, devido ao alto nível de investimento em P&D, maior confiança no desempenho do mercado e crescimento da demanda nacional.

A Figura 4 mostra esta evolução. Em 2016, as indústrias de transformações utilizava cerca de 81,70% da capacidade produtiva, enquanto a indústria farmacêutica utilizava apenas 70,90%. Contudo, devido às transformações no setor e no mercado, o percentual aumentou gradativamente para a indústria farmacêutica, até que em 2015 chegou a atingir 86,10% de utilização da capacidade produtiva contra 78,90% das demais indústrias de transformação, desempenho superior a todo o setor, registrado a partir de 2006. Entretanto, devido à crise econômica e políticas em 2016, a indústria farmacêutica utilizou 79,10% de sua capacidade produtiva enquanto as demais indústrias, 76,90%, mostrando que mesmo em momentos de crise os empresários estão confiantes no bom desempenho da indústria farmacêutica.

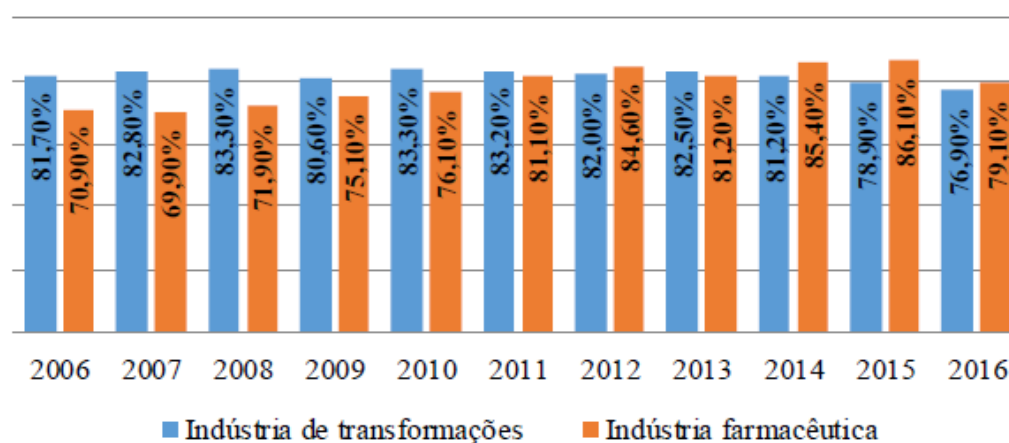


Figura 4: Utilização média da capacidade produtiva brasileira de 2006 a 2016

Fonte: SINDUSFARMA, 2017 adaptação dos autores.

Outro aspecto importante é a incidência de imposto sobre a venda de medicamentos, pois o Brasil em 2016 apresentava incidência média de 31,30% de impostos sobre medicamentos. A média brasileira é alta se comparada aos países como os Estados Unidos, que é de 0,00% (entre as menores taxas) a 21,00% encontrado na Argentina (entre as maiores taxas). Ao comparar a carga tributária nos preços final de alguns produtos, percebemos que a incidência relativa de impostos é muita alta.

Na Figura 5, observa-se o peso da carga tributária por produto ou serviço. Os medicamentos para uso humano são os que possuem uma das maiores carga tributária, superior aos itens essenciais como leite, sal, arroz, feijão, carne bovina, ovos de galinha entre outros, até itens não essenciais com flores, artigos de joalheria, embarcação em aeronaves, teatro e cinema. Devido à alta carga tributária sobre os medicamentos o acesso de família de baixa renda a tratamentos de saúde fica prejudicado, sendo necessário recorrer à rede de saúde pública.

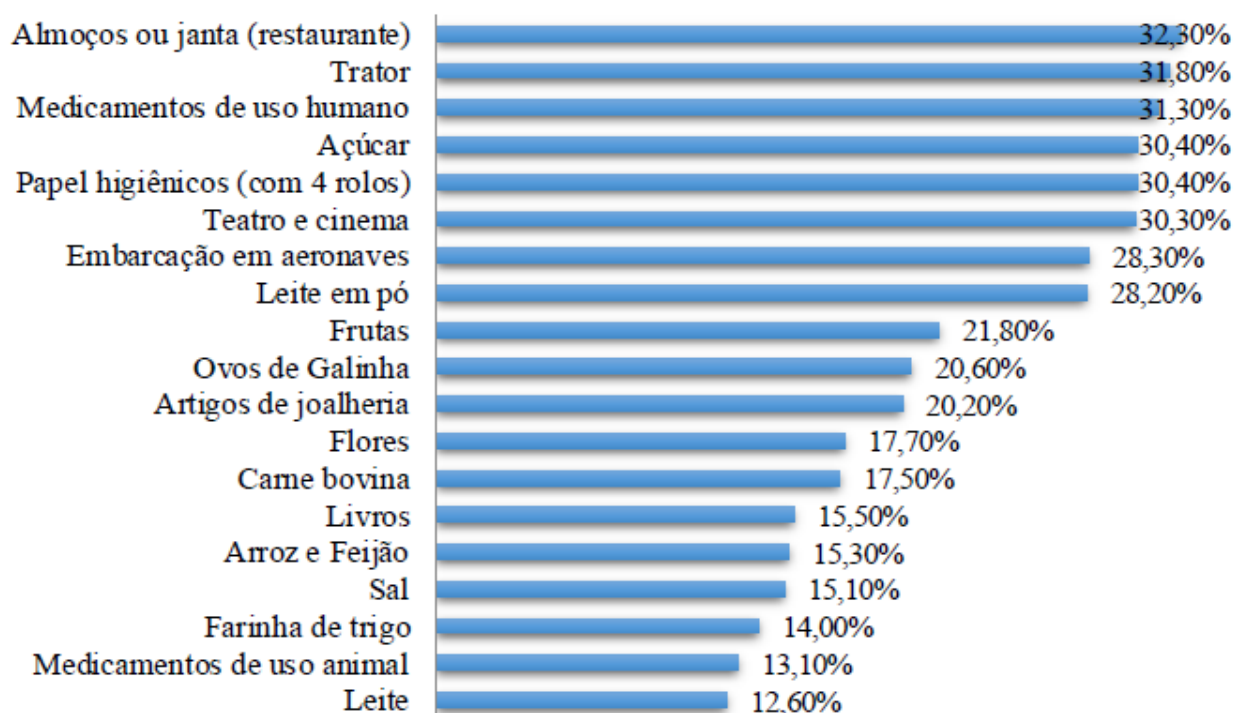


Figura 5: Carga tributária no preço final –Brasil 2016

Fonte: SINDUSFARMA, 2017. Adaptação dos autores.

O governo através do Ministério da Saúde tem aumentado seus gastos com medicamentos a cada ano, sendo que em 2015 gastou R\$ 7,5 bilhões em compra de medicamentos e ampliou em 2016 para cerca de R\$ 7,9 bilhões, 5,3% a mais que o ano anterior.

Mesmo em um momento econômico e político delicado, a indústria farmacêutica tem tido um bom desempenho em relação aos demais setores da economia e principalmente se mostrado como uma

alternativa de investimento no momento atual. Contudo, essa carga tributária tem um peso importante para o desempenho dessa indústria. No Brasil, os estados e municípios tem autonomia para alterarem a alíquota de impostos, o que é fundamental para a escolha do local de instalação da empresa e é uma ferramenta bastante útil para promoção do desenvolvimento industrial, econômico e social da região.

2.2.2. A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA POR ESTADO

A indústria farmacêutica deve parte desse bom desempenho as políticas de incentivos que foram concedidas ao longo desses períodos. Conforme abordado no capítulo 1, uma das principais formas de fomento à indústria de um modo geral é a redução da alíquota de ICMS. Sendo assim antes de analisarmos o desempenho por estado é necessário analisar quais são os benefícios que a indústria farmacêutica recebe em cada região.

Conforme (Figura 6), os estados praticam variados valores de ICMS, para fomentar a indústria farmacêutica em seus estados, em alguns são praticados até mesmo impostos exclusivos para uma determinada classe de medicamento. Os estados de Minas Gerais e São Paulo atualmente cobram 18% de ICMS para medicamentos de referência e 12% para medicamentos genéricos, enquanto os demais estados variam entre 17% e 18% para todos os medicamentos e temos o caso do Rio de Janeiro com a maior taxa, de 20% em ICMS sobre os medicamentos.



Figura 6: Mapa do ICMS no Brasil 2016

Fonte: SINDUSFARMA, 2017.

Segundo SINDUSFARMA (2017), o Brasil contemplava 447 fabricantes de medicamentos em 2015 e se destacam os estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Conforme (Tabela 4) o estado de São Paulo perdeu 50 estabelecimentos farmacêuticos nos últimos oito anos e essa queda se refletiu em todos os estados exceto o estado de Goiás que apesar de ter aumentado de 40 para 50 em números de estabelecimento até 2013, voltou em 2015 para 40 estabelecimentos.

Tabela 4: Número de Indústrias farmacêuticas por estado

UF	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Variação % 2015 - 2008
São Paulo	231	216	205	195	183	190	187	181	-21,65%
Goiás	40	44	41	39	38	50	42	40	0,00%
Rio de Janeiro	82	76	75	72	73	61	62	59	-28,05%
Minas Gerais	69	67	64	59	54	50	48	44	-36,23%
Paraná	27	27	26	24	23	20	19	16	-40,74%
Demais estados	161	149	139	135	136	128	116	107	-33,54%
Brasil	610	579	550	524	507	499	474	447	-26,72%

Fonte: SINDUSFARMA, 2017 adaptação dos autores.

Percebe-se por meio da comparação da (Figura 6) e (Tabela 4) que o estado de Goiás apresenta menor alíquota de ICMS e, mesmo não tendo saldo expressivo em números de empresas, foi o que apresentou o melhor desempenho relativo. Entretanto, para afirmar que o ICMS menor pode ser um dos motivos da migração de empresas para o estado é preciso analisar o seu desempenho em relação aos fatores produtivos, capital e trabalho.

O estado de Goiás detinha em 2015 o 4ª maior número de indústrias farmacêuticas conforme (Tabela 4) entre os cinco principais estados, porém conforme (Tabela 5) o estado apresentava o 2ª lugar em número de produtos e o 3ª em faturamento.

Tabela 5: Número de produtos e Faturamento em (R\$) no ano de 2015

UF	Produtos	Faturamento (R\$)
São Paulo	1597	R\$ 41.587.938.268,88
Goiás	424	R\$ 2.559.166.440,46
Rio de Janeiro	420	R\$ 6.040.591.407,14
Minas Gerais	191	R\$ 519.837.169,58
Paraná	179	R\$ 1.741.923.760,28
Demais estados	3687	R\$ 1.479.530.614,79

Fonte: Dados da CMED (2017), elaboração própria.

O estado de São Paulo é o que mais emprega, sendo responsável por cerca de 47.918 trabalhadores formais, o que equivale a 55% do número de empregados na indústria farmacêutica, seguido pelo estado de Goiás com 11.333 trabalhadores equivalente a 13% (Figura 7).

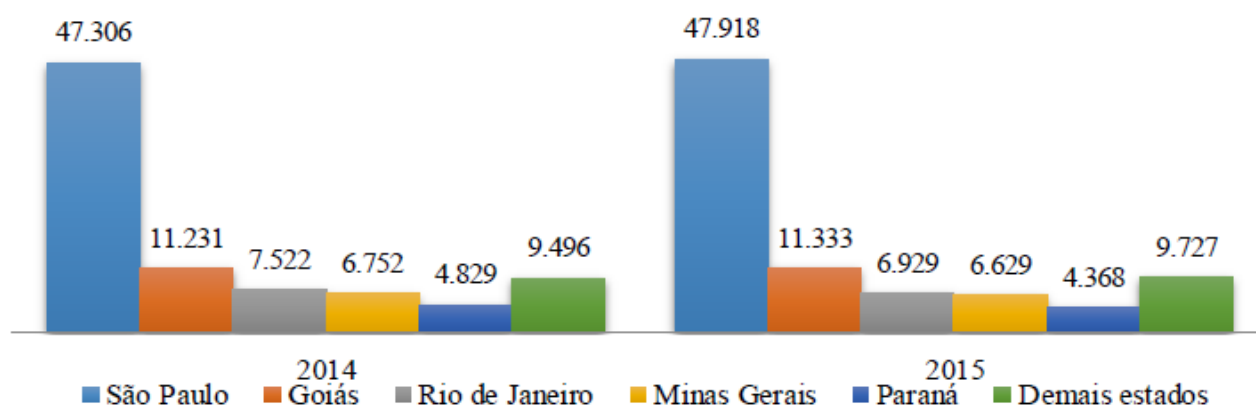


Figura 7: Número de trabalhadores formais por estado de 2014 e 2015.

Fonte: SINDUSFARMA, (2016, 2017) com elaboração própria.

Em 2016, o estado de São Paulo foi responsável por 7.600 admissões 45,57% do total, seguidos pelo estado de Goiás, com 2.703 admissões 16,21% do total da indústria farmacêutica. Os estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e os Demais Estados, respectivamente, admitiram 2.167, 1.423, 1.245 e 1.538 empregados formais.

Contudo, percebe-se a importância de cada estado no desempenho da indústria farmacêutica e o estado de Goiás tem um lugar de destaque pelo pouco número de estabelecimentos, porém com um alto nível de produtividade e emprego. Mas é de suma importância uma análise mais detalhada do Estado.

2.3. A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO ESTADO DE GOIÁS

O Estado de Goiás tem os dois maiores complexos industriais farmacêuticos da América Latina. Em 2014, o polo industrial farmacêutico do Estado de Goiás foi responsável por mais de 32% da produção de todo o país, reflexo dos incentivos do Governo Estadual e do crescimento do mercado como um todo (MONTEIRO, 2014).

Segundo o jornal O Popular (2017) o estado de Goiás foi responsável em 2016 por 33% da produção nacional de medicamentos. As indústrias instaladas em Goiânia, Aparecida e Anápolis são consideradas as 16 maiores do setor farmacêutico do estado e juntas tiveram crescimento de cerca 9% em relação a 2015, produzindo 1,4 bilhões de caixas de medicamentos do 4,5 bilhões de caixas de toda produção nacional. O resultado do estado é surpreendente devido o momento de crise passado pelo país.

Para o presidente do Conselho de Administração do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Heribaldo Egídio, o setor não ficou totalmente imune à crise. Isso porque as secretarias de saúde, por exemplo, tiveram falta de medicamentos em virtude da redução de verbas, enquanto o consumo aumentou. Isso resultou num nível de inadimplência junto às indústrias, o que chegou a gerar uma capacidade ociosa de até 30% dos parques fabris. (FIEG, 2017 S/P)

Segundo a SEGPLAN (2017), a indústria goiana cresce o triplo da nacional, um crescimento de 1,5% nos primeiros cinco meses deste ano. O resultado é alto comparado aos 0,5% de crescimento nacional. O desempenho da indústria foi impulsionado pelo resultado extraordinário da indústria farmacêutica, que cresceu cerca de 35,8%. Em fevereiro de 2017, a taxa de crescimento das indústrias farmacêuticas atingiu crescimento de 58,8% após sete meses de crescimento.

A indústria farmacêutica goiana é considerada sólida e produtiva e está concentrada em sua maioria em três municípios: Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis. Para que o resultado dessa indústria tenha alcançado tal magnitude e o investimento dessas empresas tenha sido direcionado especificamente para o Estado de Goiás, uma série de benefícios foi concedida (MONTEIRO, 2014).

2.3.1. AS PRINCIPAIS REGIÕES DE ATRAÇÃO E OS POLOS INDUSTRIAIS DE INTERESSE DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Com intuito de identificar as características e localização da indústria farmacêutica foi realizada uma pesquisa sobre as indústrias do estado de Goiás com foco maior na indústria farmacêutica. Conforme Anuário das indústrias do estado de Goiás publicado pela FIEG (2013) foram identificados o endereço e o CEP cadastrados junto a receita federal das indústrias localizadas em Goiás. Com auxílio da ferramenta Google Maps e Google Earth, conjuntamente com dados fornecidos pela ANVISA (2016), pelo CADEGO (2017), pela FIEG, (2013) e pelo IMB (2014), foram identificadas as indústrias farmacêuticas que estão em atividade, as principais áreas de localização da indústria, as características locacionais, as principais vias de acesso e transporte, as indústrias correlacionadas e a infraestrutura da região.

A indústria farmacêutica no estado de Goiás está em sua grande maioria concentrada em três municípios, Anápolis, Aparecida de Goiânia e Goiânia. Para que essas regiões pudessem ser a referência do estado, foram realizados expressivos investimentos em infraestrutura e transporte. O estado de Goiás investiu em sua estrutura básica para atender a demanda da indústria e da sociedade e é o quarto colocado entre os estados em produção elétrica, gerando cerca de 10.578.599 kW de potência em 2014. As rodovias, que são a principal forma de escoamento produtivo e transporte em

geral, correspondem em torno de 25.000 km e em sua grande maioria pavimentada, sendo que os trechos de maior importância estão duplicados ou em obras de duplicação, destaque para as rodovias a BR-153, BR-060, BR-050, GO-060 e a GO-020. A malha ferroviária do estado é composta pela ferrovia Norte-Sul que está ligada a ferrovia de integração do Centro-Oeste e ligada a hidrovía Tietê-Paraná e o estado contempla também com a ferrovia Centro Atlântica S.A que interliga o estado até o porto de Santos. (IMB, 2014).

O polo de Anápolis para indústria farmacêutica é o maior e mais importante polo do estado de Goiás, pois comporta o maior número de indústrias farmacêuticas do estado em um único local. O Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), criado em 8 de setembro de 1976, possui uma área de 593 hectares e está localizada às margens da BR-060/153 e a GO-330, duas das principais zonas de escoamento do estado (CADEGO, 2017).

O DAIA está ligado a ferrovia Centro Atlântico que vai até o Porto de Santos, além de ser o “marco zero” da ferrovia Norte-Sul, também faz parte do distrito, a Estação Aduaneira do Interior (EADI) ou Porto Seco Centro Oeste S/A, o maior porto seco da região e o terceiro maior do país. O EADI é a principal empresa facilitadora das operações de logística, armazenagem, movimentação de cargas nacionais e de comércio exterior, sendo de suma importância para a indústria de todo o Centro-Oeste (CADEGO, 2017).

Devido aos benefícios locacionais, o DAIA chamou a atenção de grandes indústrias do segmento farmacêutico, sendo atualmente a sede do segundo maior polo farmacêutico brasileiro e comporta os dois maiores complexos industriais farmacêuticos no Brasil, as plantas das empresas Brainfarma do grupo Hypermarcas e a Teuto Brasileiro com participação de 40% da Pfizer (CADEGO, 2017).

Recentemente, o governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, anunciou investimentos superiores a R\$ 250 milhões para o município. Os recursos serão utilizados em obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto e ampliação do Sistema de Captação de Água do Rio Capivari, garantindo fornecimento de água tratada para a cidade. Foi autorizado ainda o reinício das obras de construção do Anel Viário, que liga a BR-060 ao DAIA, além da construção do Aeroporto de Cargas, do Centro de Convenções e a ampliação do Hospital de Urgências Henrique Sant'illo (Huana), que se encontram em fase final (PANORAMAFARMACEUTICO, 2017 S/P).

O Distrito Agroindustrial de Anápolis é o principal pilar do estado para consolidação da indústria farmacêutica. A pesquisa realizada aponta que a região além de contemplar a grande maioria da indústria farmacêutica, o DAIA também possui indústrias correlacionadas que produzem insumos como embalagem, frascos e etc. facilitando o comércio intra-indústrias que minimiza custos de

transportes na ampliação das economias de aglomeração. Outro aspecto importante é Universidade Estadual de Goiás, que possui a sede no município com cursos de farmácia, engenharia, química, administração, sistemas de informações e ciências econômicas entre outros cursos, com intuito de suprir a demanda de mão de obra qualificada para gerir empresas de grande porte na região.

No município de Aparecida de Goiânia, apesar de possuir robustos polos industriais, a indústria farmacêutica não está tão densamente concentrada na região, diferente do observado em Anápolis. O município possui cinco distritos industriais, o Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia (DIMAG), o Polo Empresarial de Goiás e o Parque Industrial de Aparecida de Goiânia José Alencar, todos sob jurisdição do município, o Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (DAIAG) sobre jurisdição do estado e o *All Park* que o primeiro condomínio empresarial Privado da região. (CADEGO, 2017).

O município se beneficia de vantagens locacionais devido fazer parte da região metropolitana de Goiânia a capital do estado, com isso possui uma robusta infraestrutura e mão de obra qualificada, devido ao grande número de universidades e faculdades na região metropolitana de Goiânia. Com isso o município se tornou atraente para a indústria farmacêutica (IMB, 2014).

A capital do estado, a cidade de Goiânia é a mais desenvolvida do estado, sendo desde sua criação muito atrativa para indústria e comércio. O município possui atualmente infraestrutura de transporte ligada as principais rodovias nacionais e estaduais como a BR-153, BR-060, BR-050, GO-060 e a GO-020. Existe muitas faculdades e universidades que produzem mão de obra qualificada, além de possibilidade de parceria em P&D. Além disso, a cidade oferece vantagens locacionais com maior concentração de órgão governamental, hospitais, creches, delegacias, aeroporto e etc, sendo ao mesmo um grande mercado consumidor da indústria farmacêutica (IMB, 2014).

A pesquisa também aponta que os três municípios juntos abrigam 92% da indústria farmacêutica do estado e como abordado anteriormente, a escolha dessas regiões não foi por acaso, uma vez que as principais características dessas regiões estão na robusta infraestrutura de transporte, mão de obra qualificada e vantagens locacionais de economia de aglomeração.

Em primeiro lugar, a escolha locacional da indústria farmacêutica no município de Anápolis que concentra aproximadamente 48% da indústria farmacêutica do estado e mais de um quarto dessas indústrias localizada no DAIA. Em segundo lugar, Goiânia concentra aproximadamente 36% das indústrias farmacêuticas, que estão em sua grande maioria localizada próximas a rodovias ou a avenidas de grande circulação e fácil escoamento produtivo. Em terceiro lugar, Aparecida de Goiânia

e não menos importante, concentra aproximadamente 7% das indústrias farmacêutica instaladas nas regiões localizadas no polo empresarial ou na proximidade da BR-153.

Portanto neste capítulo pode-se observar as características da indústria farmacêutica, partindo da análise dos tipos de bens produzidos e as características do mercado consumidor e produtor. A partir da análise desse setor podemos afirmar que a indústria farmacêutica brasileira tem grande potencial em relação à estrangeira, no seu mercado consumidor e produtor. Cada estado tem um papel importante para esse resultado e especificamente, o estado de Goiás, apesar de ser um dos últimos no processo de industrialização, tem tido ótimos resultados em relação aos demais, nos quais a indústria já está consolidada. Em Goiás, destaque para os principais polos industriais farmacêuticos nos municípios de Anápolis, Aparecida de Goiânia e Goiânia devido sua atratividade locais em detrimento das demais regiões do estado.

Entretanto para entender a escolha locacional da indústria farmacêutica no estado de um modo geral é de suma importância analisarmos as características dos benefícios fiscais oferecidos pelo estado de Goiás e qual a influência dele para a Indústria, o estado e a sociedade.

3. OS INCENTIVOS FISCAIS NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA GOIANA

O governo de estado de Goiás tem utilizado incentivos fiscais como forma de atrair as indústrias para o estado e promover o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento socioeconômico. O ICMS é atualmente o principal imposto estadual de arrecadação, com isso, é de suma importância entender as influências geradas a partir dessa renúncia fiscal. Nesse capítulo abordam-se os principais incentivos fiscais e como são aplicados no estado, bem como sua influência para a indústria farmacêutica, para o estado e para sociedade.

Os incentivos fiscais concedidos pelo estado de Goiás têm como finalidade principal a atração e desenvolvimento da indústria no estado, em detrimento do cumprimento de projetos que gerem benefícios socioeconômicos para os estados, ou seja, geração de emprego e renda.

A principal ferramenta do estado para concessão de incentivos fiscais para a indústria é via alíquota de ICMS e são concedidos de duas maneiras, via benefícios fiscais na concessão de crédito outorgado, de investimento, pré-operacional e via financiamento de parte do ICMS. O estado de Goiás já aplica uma alíquota de ICMS menor que alguns estados, para os medicamentos, de 17%, como vimos nos capítulos anteriores. Para a concessão de incentivos adicionais o governo analisa os projetos e o investimento da empresa que está atualmente instalada e que pretende ampliar seu investimento ou

das empresas que estão interessadas em se instalar no estado. Os critérios variam para cada programa do governo, mas o principal aspecto de avaliação é a proposta de geração de emprego e renda para a região (IMB, 2014).

3.1 DO FOMENTAR AO PRODUZIR

O primeiro grande programa de incentivos do estado de Goiás foi o Fomentar, com objetivos de apoiar o desenvolvimento da indústria, de forma técnica e financeira as indústrias com relevâncias socioeconômicas para o estado. O programa foi considerado ousado e o percussor dos principais parques industriais do estado e do crescimento da agroindústria no estado de Goiás.

De acordo com a Secretaria de Indústria e Comércio - SIC, os resultados obtidos em 24 anos levaram ao surgimento de um forte parque industrial alicerçado num amplo crescimento da agroindústria goiana. Contudo, a indisponibilidade de dados sobre o Fomentar dificulta uma avaliação mais profunda dos seus resultados. (IMB, 2014)

Desde sua implantação no estado de Goiás, dentro do programa Fomentar, foram aprovados mais de 1.500 projetos dos quais 364 foram implementados.

O Fomentar foi ampliado para o programa Produzir em 2000. O Produzir mantinha os aspectos de implantação e revitalização industrial, mas de forma mais direta preconizava a geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais. E em 2008 foi permitido que as empresas migrassem do programa Fomentar para o programa Produzir.

Os benefícios concedidos possibilitaram um custo menor de produção e uma maior competitividade das empresas goianas em relações às nacionais. O ICMS no programa Fomentar chega a ser financiado até 70% do imposto a recolher no período e no programa Produzir pode chegar até 73%, uma diferença expressiva para a indústria nascente ou que pretende aumentar seu investimento no estado. Durante o período do programa Fomentar e Produzir, a indústria farmacêutica e farmoquímica implantou 43 projetos gerando 5.635 empregos e investimento de mais de R\$ 369 milhões e em contrapartida, o governo concedeu mais de R\$ 3 bilhões em benefícios até 2012 (IMB, 2012).

Os projetos são classificados de acordo com sua categoria e a forma de atuação no mercado. Em suma, existem dois tipos de benefícios que são oferecidos pelos programas. Um dos benefícios é concedido na forma do Crédito Outorgado, que funciona como crédito nas categorias de vendas interestaduais de mercadoria de 65% do valor a recolher de ICMS, dos quais a empresa deve realizar a antecipação obrigatória de 5% que serão usados para programas sociais do estado. Exemplo: Se a empresa deve R\$ 100,00 de ICMS a recolher, terá R\$ 65,00 equivalente a 65% de crédito outorgado. Desses R\$ 65,00

será obrigado a realizar antecipação de R\$ 3,25 equivalente a 5%, ou seja, será recolhido efetivamente R\$ 38,25 de ICMS. A base de cálculo de ICMS cai de 17% para 10% (IMB, 2014 p. 8-14).

A outra forma de benefício fiscal que o programa contempla é via financiamento de parte dos impostos em projetos para implantação de novas indústrias, expansão, modernização e diversificação. O financiamento pode alcançar cerca de 73% dos ICMS a recolher nos períodos com antecipação obrigatória de 10% que também será usado para implementação de programas do governo. Como se trata de um financiamento, a empresa deverá pagar juros de 0,2% a.m, porém com a devida comprovação dos fatores de desconto em seu projeto ela pode ter 100% do saldo devedor quitado pelo programa (IMB, 2014 p. 8-14).

Segundo Art. 2º da Lei nº 13.591/00 e Decreto nº 5.265/00, os projetos que serão prioritários são aqueles que integram setor industrial com capacidade de crescimento e vocação econômica regional, que gerem emprego, que realizem atividade industrial não existente ou fabrique produto sem similar no estado, que sejam estratégicos para o desenvolvimento industrial, que levem em consideração o seu porte, o seu volume de investimento, a capacidade de geração de emprego e a agregação de valor à matéria-prima, que se localizem em municípios ou regiões prioritárias, substituindo importação de produto de outro Estado ou do exterior, entre outros aspectos.

Com intuito de simplificação da análise, serão utilizados os municípios Anápolis, Aparecida de Goiânia e Goiânia como referências da análise sobre a indústrias farmacêuticas do estado, tendo em vista que mais de 90% da indústria farmacêutica está concentrada nos três municípios. O setor farmacêutico está categorizado na Divisão de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) como Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos, código 21 que faz parte da divisão das Indústrias de Transformação código C. A metodologia de cada análise está detalhada a seguir.

3.2 AS INFLUÊNCIAS DOS INCENTIVOS FISCAIS PARA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DO ESTADO DE GOIÁS

A indústria farmacêutica goiana apresenta desempenho surpreendente e grande parte desse bom desempenho foi alcançada com a ajuda dos benefícios fiscais disponibilizados pelo estado, mas é importante mensurar o quão bom é esse desempenho. Realizando um comparativo do setor de Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos em relação ao seu segmento Indústrias de Transformação ao qual faz parte, podemos perceber seu desempenho dentro do setor, que também é beneficiado com os mesmos incentivos fiscais.

Conforme (Tabela 6) é apresentado o valor bruto da produção industrial (VBPI)¹⁴ e o valor da transformação industrial (VTI)¹⁵ que é uma aproximação do valor agregado, segundo IEDI (2007) a relação entre o VTI/VBPI representa quanto à produção nacional é intensiva em valor agregado gerado no país, ou seja, quanto maior for essa relação, maior o conteúdo nacional na produção interna e, portanto, mais industrializada ela é. Podemos afirmar que a indústria farmacêutica tem um alto grau de industrialização, superior à média da indústria de transformação onde a diferença da indústria farmacêutica foi de 10 pontos percentuais até 25 pontos percentuais superiores ao seu segmento.

Tabela 6: Intensidade do valor agregado de 2007 a 2015

Ano	Indústrias de transformação			Intensidade do valor agregado	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos			Intensidade do valor agregado
	Valor bruto da produção industrial (Mil Reais)	VTI (Mil Reais)			Valor bruto da produção industrial (Mil Reais)	VTI (Mil Reais)		
2015	R\$ 80.554.155,00	R\$ 28.213.769,00		35,02%	R\$ 2.387.904,00	R\$ 1.130.947,00		47,36%
2014	R\$ 74.706.814,00	R\$ 26.627.590,00		35,64%	R\$ 1.989.030,00	R\$ 992.775,00		49,91%
2013	R\$ 67.526.761,00	R\$ 25.237.561,00		37,37%	R\$ 1.854.695,00	R\$ 948.826,00		51,16%
2012	R\$ 57.281.028,00	R\$ 22.299.288,00		38,93%	R\$ 1.465.974,00	R\$ 720.411,00		49,14%
2011	R\$ 50.703.513,00	R\$ 18.229.519,00		35,95%	R\$ 1.332.713,00	R\$ 719.931,00		54,02%
2010	R\$ 43.145.514,00	R\$ 16.508.707,00		38,26%	R\$ 1.295.210,00	R\$ 828.446,00		63,96%
2009	R\$ 37.775.665,00	R\$ 14.291.188,00		37,83%	R\$ 1.217.611,00	R\$ 717.059,00		58,89%
2008	R\$ 37.188.611,00	R\$ 12.155.085,00		32,68%	R\$ 1.008.085,00	R\$ 509.604,00		50,55%
2007	R\$ 30.226.013,00	R\$ 10.209.388,00		33,78%	R\$ 868.703,00	R\$ 451.056,00		51,92%

Fonte: Dados extraídos da PIA - Pesquisa Industrial Anual (2015) disponível em IMB, (2017)

elaboração dos autores.

O salário nominal no segmento e na indústria farmacêutica por municípios apresenta um resultado diferente entre as regiões (Tabela 7). O município de Anápolis, onde a indústria farmacêutica é mais intensiva, apresenta os maiores salários durante o período da análise, chegando a ser até 27% superior à média do segmento. Contudo, houve exceção do ano de 2014 em que o salário foi menor, porém muito próximo do salário na indústria de transformação, uma diferença de menos de 0,6% menor. Os municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia apresentaram maior irregularidade nessa relação, o município Aparecida de Goiânia teve salários 11% menores em 2009 a 6% maiores em 2015 e o município de Goiânia chegou a ter salários 21% menores em 2007 a 16% maiores em 2015 em relação a média da indústria de transformação.

Tabela 7: Salário médio por município de 2006 a 2015

Ano	Salário médio - Indústria de transformação (R\$)			Salário médio - Fabricação de produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos (R\$)		
	Anápolis	Aparecida de Goiânia	Goiânia	Anápolis	Aparecida de Goiânia	Goiânia
2006	R\$ 803,18	R\$ 687,80	R\$ 679,72	R\$ 1.024,92	R\$ 697,33	R\$ 1.140,84
2007	R\$ 883,44	R\$ 740,39	R\$ 729,63	R\$ 1.166,91	R\$ 713,24	R\$ 1.040,64
2008	R\$ 1.019,05	R\$ 780,82	R\$ 828,24	R\$ 1.304,94	R\$ 759,39	R\$ 1.263,07
2009	R\$ 1.043,35	R\$ 882,87	R\$ 868,51	R\$ 1.394,42	R\$ 812,96	R\$ 1.238,94
2010	R\$ 1.146,98	R\$ 940,42	R\$ 979,51	R\$ 1.600,11	R\$ 896,30	R\$ 1.629,05
2011	R\$ 1.216,51	R\$ 1.057,39	R\$ 1.076,40	R\$ 1.592,73	R\$ 994,14	R\$ 1.621,66
2012	R\$ 1.292,50	R\$ 1.162,11	R\$ 1.175,38	R\$ 1.611,43	R\$ 1.185,87	R\$ 1.883,25
2013	R\$ 1.462,87	R\$ 1.285,92	R\$ 1.287,33	R\$ 1.842,93	R\$ 1.329,15	R\$ 2.627,21
2014	R\$ 1.641,51	R\$ 1.377,91	R\$ 1.409,83	R\$ 1.865,85	R\$ 1.502,58	R\$ 2.987,44
2015	R\$ 1.920,95	R\$ 1.545,44	R\$ 1.550,96	R\$ 2.230,04	R\$ 1.793,54	R\$ 3.319,03
2016	R\$ 2.086,36	R\$ 1.722,12	R\$ 1.715,28	R\$ 2.585,25	R\$ 2.012,94	R\$ 4.185,98

Fonte: Dados extraídos da Raiz, (2017) com elaboração dos autores.

O salário e o emprego são componentes importantes dos programas de incentivos do estado de Goiás e, sendo assim, deve ser analisando se a indústria farmacêutica tem gerado emprego e renda para a região. Torna-se um fator de fácil comprovação com a implantação de uma nova indústria, mas deve ser analisado se esse processo é contínuo.

Outrora multifacetadas, as motivações para a implementação dos incentivos agora focam na geração de empregos. Antes, empresas ganhavam descontos por se instalarem em determinadas regiões do plano estratégico estadual. No novo decreto, o foco é amplamente voltado para a geração de emprego e atribuições sociais. E o maior percentual do benefício, que pode chegar a 30%, está voltado àquelas que gerarem 500 ou mais empregos (RIBEIRO 2016 S/P).

Para analisar a efetiva criação de empregos é necessário calcular o saldo gerado entre admitidos e desligados, conforme (Tabela 8), pode-se perceber que apesar de ser muito expressivo o número de admitidos, o número de desligamentos é muito alto, chegando há alguns anos a ser superior ao número de admitidos, com saldo negativo para o emprego. O município de Anápolis foi o único a ter saldo acumulado de 2007 a outubro de 2017. Neste período foram admitidos 35.495 trabalhadores, apesar do saldo efetivo da criação de novos postos de trabalho foi de apenas 5.282 postos de trabalho. Nos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia, o saldo foi negativo, ou seja, foi reduzido o número de posto de trabalho pela indústria farmacêutica, Aparecida de Goiânia perdeu 31 postos de trabalho e Goiânia, 90.

Tabela 8: Saldo de admitidos e desligado de 2007 a 2017

Ano	Anápolis			Aparecida de Goiânia			Goiânia		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
2017	2048	-1803	245	180	-96	84	433	-313	120
2016	2655	-2574	81	147	-120	27	273	-333	-60
2015	3921	-3658	263	199	-254	-55	609	-659	-50
2014	5249	-4049	1200	293	-296	-3	704	-892	-188
2013	4456	-3678	778	374	-326	48	876	-994	-118
2012	3756	-3447	309	326	-452	-126	843	-1170	-327
2011	4239	-2944	1295	465	-514	-49	1074	-1184	-110
2010	2889	-2228	661	388	-354	34	1384	-1199	185
2009	2102	-1683	419	308	-267	41	1210	-1000	210
2008	2383	-2520	-137	252	-253	-1	1062	-867	195
2007	1800	-1632	168	171	-202	-31	760	-707	53
Total	35498	-30216	5282	3103	-3134	-31	9228	-9318	-90

Fonte: Dados extraídos da Raiz, (2017) elaboração dos autores.

Com a finalidade de identificar uma possível justificativa para a redução no número de vagas foi utilizada a análise da produtividade do trabalho em relação ao valor da transformação industrial (VTI), para identificar possíveis ganhos de produtividade do trabalho. A metodologia consiste na divisão do VTI pelo número de trabalhadores. No entanto, a PIA não levanta informações sobre horas pagas ou trabalhadas, que é a variável mais adequada do que o pessoal ocupado, para mensurar a contribuição da força de trabalho ao esforço produtivo. Conforme (Tabela 9) foi identificado que a produtividade do trabalho aumentou para a indústria farmacêutica, indo no sentido esperado característico da indústria e mostra que há ganhos de produtividade na indústria farmacêutica similares aos apresentados na indústria de transformação.

Tabela 9: Produtividade do trabalho em relação à VTI de 2007 a 2015

Ano	Indústrias de transformação			Fabricação de produtos farmoquímicos e		
	Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)	VTI (Mil Reais)	Produtividade do trabalho	Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)	VTI (Mil Reais)	Produtividade do trabalho
2015	233.583	R\$ 28.213.769,00	121	11.188	R\$ 1.130.947,00	101
2014	245.537	R\$ 26.627.590,00	108	10.901	R\$ 992.775,00	91
2013	251.859	R\$ 25.237.561,00	100	10.313	R\$ 948.826,00	92
2012	234.206	R\$ 22.299.288,00	95	9.448	R\$ 720.411,00	76
2011	225.852	R\$ 18.229.519,00	81	10.016	R\$ 719.931,00	72
2010	212.848	R\$ 16.508.707,00	78	9.365	R\$ 828.446,00	88
2009	192.921	R\$ 14.291.188,00	74	8.344	R\$ 717.059,00	86
2008	179.541	R\$ 12.155.085,00	68	8.620	R\$ 509.604,00	59
2007	163.042	R\$ 10.209.388,00	63	8.199	R\$ 451.056,00	55

Fonte: Dados extraídos da PIA - Pesquisa Industrial Anual (2015) disponível em IMB, (2017) com elaboração dos autores.

Outro aspecto relevante é o salário dos admitidos e desligados, conforme (Tabela 10) com exceção de Goiânia no ano de 2013, os salários dos admitidos foram sempre inferiores ao dos desligados, com isso há uma perda relativa de renda para o setor.

Tabela 10: Salários dos admitidos e desligados por municípios de 2007 a 2017

Ano	Anápolis			Aparecida de Goiânia			Goiânia		
	Admitidos	Desligados	Δ%	Admitidos	Desligados	Δ%	Admitidos	Desligados	Δ%
2017	R\$ 2.103,90	R\$ 2.285,79	-7,96%	R\$ 1.397,44	R\$ 1.540,09	-9,26%	R\$ 2.758,91	R\$ 2.933,92	-5,97%
2016	R\$ 1.762,56	R\$ 1.857,95	-5,13%	R\$ 1.461,19	R\$ 1.890,76	-22,72%	R\$ 2.844,50	R\$ 3.141,92	-9,47%
2015	R\$ 1.535,27	R\$ 1.541,14	-0,38%	R\$ 1.151,45	R\$ 1.186,65	-2,97%	R\$ 1.532,85	R\$ 1.883,50	-18,62%
2014	R\$ 1.181,00	R\$ 1.281,27	-7,83%	R\$ 1.049,32	R\$ 1.084,15	-3,21%	R\$ 1.732,74	R\$ 2.180,27	-20,53%
2013	R\$ 1.065,30	R\$ 1.165,91	-8,63%	R\$ 959,11	R\$ 1.001,56	-4,24%	R\$ 1.794,50	R\$ 1.627,86	10,24%
2012	R\$ 979,26	R\$ 1.060,59	-7,67%	R\$ 852,95	R\$ 906,66	-5,92%	R\$ 1.285,40	R\$ 1.299,99	-1,12%
2011	R\$ 891,27	R\$ 1.041,78	-14,45%	R\$ 939,35	R\$ 1.026,78	-8,51%	R\$ 988,83	R\$ 1.135,63	-12,93%
2010	R\$ 1.000,09	R\$ 1.057,69	-5,45%	R\$ 697,18	R\$ 786,67	-11,38%	R\$ 875,36	R\$ 979,70	-10,65%
2009	R\$ 904,89	R\$ 1.160,94	-22,06%	R\$ 635,90	R\$ 620,87	2,42%	R\$ 727,93	R\$ 850,28	-14,39%
2008	R\$ 915,06	R\$ 1.062,46	-13,87%	R\$ 499,44	R\$ 641,64	-22,16%	R\$ 696,80	R\$ 760,06	-8,32%
2007	R\$ 890,35	R\$ 963,32	-7,57%	R\$ 502,65	R\$ 576,87	-12,87%	R\$ 642,89	R\$ 742,47	-13,41%

Fonte: Dados extraídos da Raiz, (2017) com elaboração dos autores.

A renda do trabalhador da indústria farmacêutica também pode ser avaliada pelos seus ganhos reais em relação ao tempo e a inflação, com intuito de mensurar se os trabalhadores estão obtendo ganhos reais de salário. Será analisado o comportamento dos salários reais calculado pela divisão dos salários nominais contabilizados até 31 de dezembro do ano corrente, dividido pela inflação acumulada do período. Para o cálculo da inflação foi utilizado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), pois capta a variação do preço ao consumidor dos principais itens de consumos das famílias. A base dos cálculos é o mês de janeiro de 2006, sendo usado como base 100 para gerar o número índice.

Conforme Tabela 11, pode-se observar a variação positiva em quase todos os anos em todos os municípios, porém tem lugar de destaque o município de Goiânia, que teve o maior ganho real para os trabalhadores da indústria farmacêutica.

Tabela 11: Salário Nominal e Salário Real de 2006 a 2016

Ano	Índice base 2006	Anápolis		Aparecida de Goiânia		Goiânia	
		Salário Nominal	Salário Real	Salário Nominal	Salário Real	Salário Nominal	Salário Real
2006	100,59	R\$ 1.024,92	R\$ 1.018,91	R\$ 697,33	R\$ 693,24	R\$ 1.140,84	R\$ 1.134,15
2007	103,60	R\$ 1.166,91	R\$ 1.126,41	R\$ 713,24	R\$ 688,48	R\$ 1.040,64	R\$ 1.004,52
2008	108,32	R\$ 1.304,94	R\$ 1.204,70	R\$ 759,39	R\$ 701,06	R\$ 1.263,07	R\$ 1.166,05
2009	114,65	R\$ 1.394,42	R\$ 1.216,28	R\$ 812,96	R\$ 709,10	R\$ 1.238,94	R\$ 1.080,66
2010	119,91	R\$ 1.600,11	R\$ 1.334,41	R\$ 896,30	R\$ 747,47	R\$ 1.629,05	R\$ 1.358,55
2011	127,10	R\$ 1.592,73	R\$ 1.253,16	R\$ 994,14	R\$ 782,19	R\$ 1.621,66	R\$ 1.275,92
2012	135,00	R\$ 1.611,43	R\$ 1.193,65	R\$ 1.185,87	R\$ 878,42	R\$ 1.883,25	R\$ 1.395,00
2013	143,31	R\$ 1.842,93	R\$ 1.285,99	R\$ 1.329,15	R\$ 927,47	R\$ 2.627,21	R\$ 1.833,26
2014	151,31	R\$ 1.865,85	R\$ 1.233,11	R\$ 1.502,58	R\$ 993,03	R\$ 2.987,44	R\$ 1.974,35
2015	179,47	R\$ 2.230,04	R\$ 1.242,57	R\$ 1.793,54	R\$ 999,36	R\$ 3.319,03	R\$ 1.849,36
2016	189,08	R\$ 2.585,25	R\$ 1.367,29	R\$ 2.012,94	R\$ 1.064,61	R\$ 4.185,98	R\$ 2.213,89

Fonte: Dados extraídos da Raiz, (2017) com elaboração dos autores.

A indústria farmacêutica tem tido uma participação mais intensiva em valor agregado, gerando aumento do conteúdo nacional na produção interna e é mais industrializada que as demais indústrias de transformações podendo gerar mais valor sobre os custos com insumos e produção.

3.3 AS INFLUÊNCIAS DOS INCENTIVOS PARA A ARRECADAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

Os benefícios fiscais como mencionado anteriormente são aplicados como renúncia fiscal de parte da arrecadação, para o governo e para a indústria farmacêutica o benefício representa um investimento. Por parte do estado é considerado investimento, pois para ele é um gasto necessário para promover o desenvolvimento regional e é um investimento para indústria, pois se trata de um investimento produtivo, seja na implantação ou desenvolvimento industrial, que gera ganhos de produtividade em detrimento de um menor custo de produção.

Para o cálculo do benefício fiscal concedido pelo estado de Goiás para a indústria farmacêutica com Crédito Outorgado e financiamentos de projetos pelo Fomentar e Produzir foi realizado a deflação dos valores dos benefícios concedidos. Como se trata de investimento, foi utilizado o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) como índice de inflação. A deflação é necessária para melhor percepção gráfica de possível tendência de investimento.

Conforme (Figura 08) é perceptível uma possível tendência crescente dos investimentos reais como também a presença de sazonalidade, mas o crescimento é mais acentuado nos Financiamentos do Fomenta e Produzir.

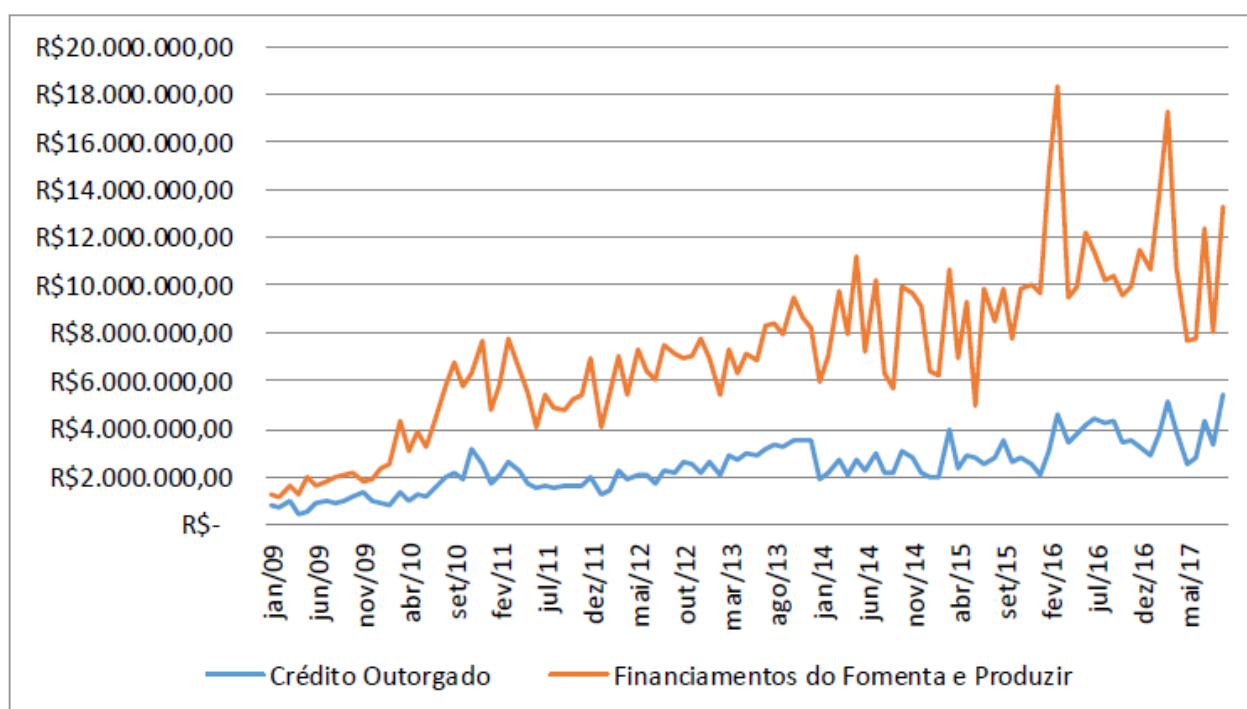


Figura 8: Valor do Benefício Concedido deflacionado IGP-DI Base 2009

Fonte: Dados do Portal de transparência do estado de Goiás, com elaboração dos autores.

O estado de Goiás tem ampliado o volume de benefícios fiscais concedidos para a indústria farmacêutica e o volume desses benefícios, apesar de ser alto, conforme (Tabela 12), e o ICMS, que é a grande ferramenta de incentivo, é a principal forma de arrecadação. Conforme (Tabela 12) podemos observar o volume de arrecadação de ICMS de todo o segmento industrial é maior no município de Anápolis, seguidos por Goiânia e Aparecida de Goiânia respectivamente. Ao comparar a arrecadação total de ICMS aos benefícios fiscais concedidos pelo estado através do programa Fomentar e Produzir, percebemos que o montante dos benefícios não apresenta grande representatividade, sendo inferior a 3% desde 2009 com exceção do ano de 2013 que chegou a representar 3,28% da arrecadação de ICMS total do período. Isso mostra que o incentivo fiscal tem gerado mais benefícios para o estado do que prejuízo na arrecadação, comprovando seu papel como política industrial.

Tabela 12: Arrecadação de ICMS da indústria por município e benefícios concedidos de 2009 a 2016

ANO	Anápolis - ICMS(Mil Reais)	Aparecida de Goiânia - ICMS(Mil Reais)	Goiânia - ICMS(Mil Reais)	Total - ICMS(Mil Reais)	Valor do Benefício Concedido (Mil Reais)	Δ% Total
2009	R\$ 248.016,00	R\$ 65.934,00	R\$ 269.993,00	R\$ 583.943,00	R\$ 10.699,39	1,83%
2010	R\$ 287.548,00	R\$ 79.825,00	R\$ 337.585,00	R\$ 704.958,00	R\$ 18.464,61	2,62%
2011	R\$ 293.713,00	R\$ 90.427,00	R\$ 254.624,00	R\$ 638.764,00	R\$ 19.003,42	2,98%
2012	R\$ 345.702,00	R\$ 104.810,00	R\$ 316.684,00	R\$ 767.196,00	R\$ 20.108,02	2,62%
2013	R\$ 395.813,00	R\$ 101.785,00	R\$ 371.973,00	R\$ 869.571,00	R\$ 28.546,62	3,28%
2014	R\$ 420.497,00	R\$ 115.591,00	R\$ 374.661,00	R\$ 910.749,00	R\$ 21.515,56	2,36%
2015	R\$ 562.500,00	R\$ 123.478,00	R\$ 287.824,00	R\$ 973.802,00	R\$ 22.641,53	2,33%
2016	R\$ 561.934,00	R\$ 114.503,00	R\$ 285.680,00	R\$ 962.117,00	R\$ 27.932,30	2,90%

Fonte: Dados do Portal de transparência do estado de Goiás e dos IMB, com elaboração dos autores.

Com isso é possível afirmar que o governo do estado de Goiás tem investido de forma crescente em benefícios fiscais para a indústria farmacêutica e tais benefícios têm grande representatividade na redução do custo de produção. Entretanto, ao analisar o seu peso na arrecadação da indústria, pode-se afirmar que é um investimento necessário para que um dia o estado possa ter mais de 35% do seu PIB proveniente da indústria e uma grande arrecadação de ICMS. O papel da indústria farmacêutica é de extrema importância, pois tem um grande potencial de agregação de valor à matéria-prima, superiores as demais indústrias de transformação. A consolidação dessa indústria no estado pode levar a região em um futuro próximo ser considerada industrializada.

Os benefícios fiscais, de fato, são políticas industriais e têm transformado a desigualdade histórica em desenvolvimento regional e industrial, competitivas a outros estados com a indústria já consolidada. A atração e ampliação de indústrias por meio de redução de ICMS, mesmo sendo geradora da guerra fiscal entre os estados, talvez seja a única maneira existente para quebra dos paradigmas gerados pela desigualdade regional e a única forma de política industrial a alcance do estado de Goiás.

3.4 AS INFLUÊNCIAS DOS INCENTIVOS PARA SOCIEDADE

Para análise dos benefícios socioeconômicos do município em que a indústria farmacêutica atua, foi utilizado o Índice de Desempenho dos Municípios Goianos (IDM) elaborado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), com periodicidade bi-anual, realizado nos anos de 2012, 2014 e 2016. O motivo da escolha do IDM como indicador é dado pelo fato que é o principal indicador utilizado pelo governo do estado, pois o IDM vem sendo utilizado como parâmetro para a atuação do governo do estado de Goiás, na promoção do desenvolvimento dos municípios goianos como ferramenta para o diagnóstico e planejamento das ações.

Seguindo IMB (2016), o IDM se divide em seis dimensões: IDM Economia, IDM Trabalho, IDM Educação, IDM Segurança Pública, IDM Infraestrutura e IDM Saúde. A metodologia para o cálculo é dada pela padronização dos indicadores, utilizando os valores mínimos e máximos, em que os valores variam de 0 a 10, a mesma metodologia utilizada na construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para o cálculo de cada IDM foram utilizadas 37 variáveis diferentes que se relacionam com o tema de cada dimensão.

$$I_{ij} = \frac{I_j - \text{Minimo}(i)}{\text{Maximo}(i) - \text{Minimo}(i)} * 10$$

I_{ij} = Indicador padronizado da variável para o município *j*

I_j = Valor observado da variável para o município *j*

Minimo(i) = Valor mínimo da variável

Maximo(i) = Valor máximo da variável¹⁶

As variáveis que compõem cada IDM são avaliadas em um índice que varia de 0 a 10 e são respectivamente:

- IDM Economia: Equilíbrio orçamentário do município, evolução do PIB, PIB per capita, recursos próprios, setor agropecuário, setor industrial e setor de serviços;
- IDM Educação: Adequação dos professores do ensino infantil, adequação dos professores do ensino fundamental, adequação dos professores do ensino médio, atendimento educacional da população de 4 a 5 anos, atendimento educacional da população de 6 a 14 anos, atendimento educacional da população de 15 a 17 anos, IDEB 5º ano, IDEB 9º ano e infraestrutura dos prédios das escolas públicas urbanas;
- IDM Infraestrutura: Cobertura da rede de água tratada, cobertura da rede de energia elétrica, cobertura da rede de esgoto e cobertura da rede de telefonia fixa e internet;
- IDM Saúde: Cobertura ESF, Cobertura vacinal tetravalente, cobertura ESF - saúde bucal, leitos SUS por 1.000 habitantes, médicos SUS por 1.000 habitantes, mortalidade infantil, morte por causas externas (violentas) e pré-natal com sete consultas;
- IDM Segurança: Crimes contra a dignidade sexual, crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, contravenções penais e tráfico de drogas;

- IDM Trabalho: Empregos formais, nível de escolaridade dos trabalhadores, remuneração mediana, variação do número de empregos formais.

Por fim, tem-se o IDM geral gerado pela média aritmética dos seis IDMs, buscando refletir o desempenho nas seis dimensões analisadas de maneira global. O motivo da escolha do IDM como indicador é dado pelo fato que é o principal indicador utilizado pelo governo do estado e reflete o desempenho de cada município nas diversas áreas. Conforme Tabela 13, percebe-se que em índices gerais o município de Goiânia apresenta o melhor resultado, apesar de não ter apresentado aumento no IDM geral de 2014 para 2016. Os quesitos infraestrutura e saúde são os pontos fortes do município de Goiânia, mas alguns aspectos são preocupantes, pois o IDM educação teve queda significativa as variáveis que representaram menor avaliação foram o atendimento educacional da população de 4 a 5 anos de 1,87, o atendimento educacional da população de 6 a 14 anos de 0,00 e o atendimento educacional da população de 15 a 17 anos de 2,94.

O município de Anápolis apesar de ter obtido resultado inferior em relação ao município de Goiânia, teve a maior evolução no IDM Geral passando de 4,64 em 2012 para 5,33 em 2016. O ponto forte da região é educação, infraestrutura, saúde e segurança. O único aspecto negativo encontrado foi o IDM Economia que apresentou queda de 3,37 em 2014 para 3,18 em 2016, a redução foi unicamente influenciada pela variável equilíbrio orçamentário do município que caiu de 7,10 para 3,12 no respectivo período.

O município de Aparecida de Goiânia apesar de ter o pior resultado entre os três município e queda no período entre 2012 a 2014, tem apresentado sinais de recuperação e seus aspectos positivos são segurança e saúde. No entanto, a economia do município tem apresentado queda em seu IDM, isso se deve a queda percentual dos recursos próprios do município na composição de sua receita, mostrando uma maior perda do grau de independência financeira e tributária do município, representada pela variável “recursos próprios”, caiu de 7,28 em 2014 para 4,7 em 2016.

Tabela 13: Índice de Desempenho dos Municípios de 2012, 2014 e 2016

Município	Ano	IDM GERAL	IDM Economia	IDM Educação	IDM Infraestrutura	IDM Saúde	IDM Segurança	IDM Trabalho
Anápolis	2012	4,64	2,71	4,73	5,14	6,47	5,83	2,97
	2014	5,02	3,37	5,09	5,48	6,99	6,11	3,06
	2016	5,33	3,18	5,88	5,37	7,02	6,36	4,18
Aparecida de Goiânia	2012	4,62	2,54	4,54	3,61	8,09	6,29	2,67
	2014	4,31	3,17	3,96	3,8	5,62	6,54	2,76
	2016	4,53	2,9	4,92	3,97	5,9	6,15	3,37
Goiânia	2012	5,47	4,75	5,34	6,87	6,84	5,32	3,68
	2014	5,74	5,54	5,46	7,1	6,9	5,75	3,7
	2016	5,74	5,49	4,55	7,12	6,71	5,65	4,93

Fonte: Dados IMB - Índice de Desempenho dos Municípios, com elaboração dos autores.

Em suma, os municípios em que a indústria farmacêutica apresenta maior concentração têm apresentado melhor resultado. Prova disso é a evolução da posição do ranking do IDM geral, conforme (Tabela 14) dos municípios de Anápolis e Goiânia, que apresentaram um excelente resultado em relação aos demais municípios goianos. Esse contexto mostra que as influências dos benefícios fiscais estão concentradas e com isso promovem desenvolvimento regional somente em um raio localizado, apenas no município e região metropolitana em que está concentrada.

Tabela 14: Posição no Ranking do IDM Geral dos municípios Goianos

Município	Posição no Ranking em 2012	Posição no Ranking em 2014	Posição no Ranking em 2016
Anápolis	119 ^a	62 ^a	24 ^a
Aparecida de Goiânia	125 ^a	204 ^a	184 ^a
Goiânia	5 ^a	2 ^a	2 ^a

Fonte: Dados IMB - Índice de Desempenho dos Municípios, com elaboração dos autores.

Baseado nesses dados pode-se afirmar que os resultados crescentes nas condições socioeconômicas das regiões onde a indústria farmacêutica se concentra. Tais regiões têm obtido ganhos socioeconômicos importantes para o desenvolvimento da região.

A criação de emprego e renda tem apresentado desempenho abaixo do esperado nas relações de admitidos e desligados quanto as expectativa do estado em relação ao volume do investimento no setor, no entanto os trabalhadores do setor tem tido ganhos reais de salários. O estado de Goiás tem elevado o volume de investimento nos programas de incentivos fiscais ao longo tempo e esses benefícios são deduzindo de sua arrecadação de ICMS, no entanto o reflexo tem sido proporcionalmente baixo em relação à arrecadação.

Pode-se afirmar que as regiões onde a indústria farmacêutica está localizada têm passado por desenvolvimento crescente, no entanto esse desenvolvimento regional é concentrado, promove industrialização e desenvolvimento social sem grandes impactos para o território como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar se as políticas de incentivos fiscais concedidas a Indústria farmacêutica têm contribuído para o desenvolvimento econômico do Estado de Goiás. Constatou-se na análise dos incentivos fiscais na indústria farmacêutica que o governo do estado de Goiás tem utilizado de algumas ferramentas para promover o desenvolvimento industrial e regional. A principal ferramenta é o incentivo fiscal, baseado na redução da alíquota de ICMS ou financiamento de parte dela. Os benefícios estudados foram os promovidos por meio dos programas Fomentar e Produzir com intuito de promover o desenvolvimento regional e industrial afim de combater tais paradigmas promovidos e perpetuados pela desigualdade regional.

Portanto, os incentivos fiscais têm tido um papel muito importante na estruturação da indústria farmacêutica no estado de Goiás e é inegável seu papel decisivo na escolha das indústrias em se instalarem e ampliarem sua capacidade no estado, tendo em vista que as vantagens locacionais de regiões mais ao sul do país. A relação gerada entre benefícios fiscais e redução dos custos de produção é extremamente importante na tomada de decisão e no incremento gerado pela indústria, seja na arrecadação de ICMS, seja na renda e também na economia que passam a influenciar diretamente o bem-estar social.

Contudo, pode-se concluir ainda que há uma evolução positiva da participação nacional na produção interna de medicamentos demonstrando o aumento no grau de industrialização do setor farmacêutico. Apesar do indicador utilizado para mensurar a produtividade do trabalho não ser um reflexo fiel da realidade do setor, ele mostra que tem tido aumento na produtividade do trabalho, que geralmente estão relacionados a investimento em pesquisa e desenvolvimento importantes para o crescimento da indústria.

Apesar de ser preocupante o desempenho negativo em relação a mão de obra devido aos motivos da redução nos postos de trabalho e nos salários entre admitidos e desligados, houve ganhos reais nos salários dos trabalhadores ao longo dos anos. Alguns fatores como fechamento de indústrias, migração de empresas e ganhos de produtividade do trabalho podem influenciar diretamente o número de postos de trabalho. A redução dos salários entre admitidos e desligados pode ser

influenciada pelo aumento do número de trabalhadores qualificados, atuando como redutor dos salários via concorrência e até mesmo substituição de mão de obra de outros estados e países por mão de obra local. Devido às vantagens locacionais, as empresas não são mais obrigadas a oferecer salários maiores para atração de mão de obra, pois é encontrada na própria região em que está instalada. Um ponto positivo é o aumento dos ganhos reais dos trabalhadores da indústria farmacêutica. Com isso papel esperado pelo governo em relação a indústria na geração de renda tem sido cumprido em termos reais.

Em suma, o governo do estado de Goiás tem intensificado a política pública de forma crescente em benefícios fiscais para a indústria farmacêutica. Tais benefícios têm grande representatividade na redução do custo de produção, mas analisando o seu peso na arrecadação da indústria podemos afirmar que é um investimento necessário para que um dia o Estado possa alcançar mais de 35% do seu PIB, proveniente da indústria e uma grande arrecadação de ICMS. O papel da indústria farmacêutica é de extrema importância, pois tem um grande potencial de agregação de valor à matéria prima, superiores as demais indústrias de transformação e a consolidação da indústria no estado pode levar a região a ser considerada industrializada.

As regiões onde a indústria farmacêutica se concentra tem tido ótimos resultados, em termos econômicos, educacionais, de infraestrutura, saúde, segurança e trabalho. Os ganhos socioeconômicos relativamente bons, pois a região tem apresentado crescimento em seus índices de desenvolvimento em relação aos demais municípios goianos. Entretanto, é necessário afirmar que a indústria farmacêutica não promoveu desenvolvimento regional de forma ampla, pois conforme identificado na pesquisa cerca de 92% da indústria está localizada em apenas três regiões e 48% desse total em uma única região no município de Anápolis.

Conclui-se que apesar de alguns pontos negativos, as influências dos benefícios fiscais para a indústria farmacêutica são positivas, pois têm gerado crescimento do setor, geração de emprego e renda e as regiões onde estão instaladas têm se desenvolvido, gerando ampliação do bem-estar social e econômico. Todavia, os incentivos fiscais devem ser melhor avaliados em questões como criação de postos de trabalhos novos com intuito de ampliar a geração de emprego e renda.

A indústria farmacêutica ganha competitividade e pode aferir maiores lucros, devido à redução de impostos ao se instalar ou ampliar sua produção no estado, gerando uma redução significativa nos custos de seus produtos. Tal redução nos custos gera uma grande diferença de competitividade que

possibilita que o empresário venda medicamentos mais baratos que os concorrentes, podendo até mesmo aumentar seus lucros sem aumentar os preços.

Constatou-se que o estado tem elevado a arrecadação de ICMS e na redução de custos de aquisição de medicamentos para o Sistema Único de Saúde. Os defensores argumentam que Goiás apesar de um número inferior de indústrias farmacêuticas em relação aos demais estados que historicamente são mais desenvolvidos, e que os incentivos fiscais, embora tenha a conotação da renúncia fiscal de até 70% dos ICMS, mas ao mesmo tempo, há compensação da renúncia pelo incremento de 30% de ICMS de uma indústria que tem investido no estado em vez de investir em outro estado. Esse incremento faz muita diferença, pois o volume de investimento do estado é relativamente baixo em relação a arrecadação de ICMS gerada pela indústria de transformação. Estes benefícios são o causador da “guerra fiscal” e são prejudiciais para algumas regiões do país. No entanto é a única ferramenta encontrada pelo estado para quebrar os paradigmas gerados com a desigualdade regional que vinham perpetuando durante anos e é a maneira encontrada por Goiás para promover a industrialização e romper o problema da especialização da estrutura produtiva.

A sociedade tem elevado seu bem-estar na medida em que tem ganhado com medicamentos mais baratos e com melhorias em termos econômicos, educacionais, de infraestrutura, saúde, segurança e trabalho. Porém as principais mudanças ocorreram de forma concentrada nos poucos municípios que receberam a indústria e em volumes abaixo do ideal para geração de emprego. Os benefícios para sociedade são importantes em vários aspectos, porém poderiam fazer maior diferença se a política de incentivos fosse melhor formulada no âmbito da geração de emprego para a sociedade. Portanto, pode-se afirmar que as políticas de incentivos fiscais à indústria farmacêutica têm contribuído para o desenvolvimento econômico do estado de Goiás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANVISA. Conceitos e definições de medicamentos. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/conceitos-e-definicoes7>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- BIDERMAN, C. et al. Economia Do Setor Público No Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro, Elsevier Brasil, 2005.
- BORGES, F.T. CHADAREVIAN, P. C. Economia Brasileira. Florianópolis, Capes, 2010.
- CASTILHO, T. Convalidação dos incentivos fiscais estaduais. Diário de Pernambuco, Pernambuco, Jun. 2017. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2017/06/14/interna_politica,708680/thiagocastilhoconvalidacaodosincentivosfiscaisestaduais.shtml>. Acesso em: 23 set. 2017.
- CASTRO, M.C. Industrialização em Goiás: Política Industrial e desenvolvimento, 1970 a 2010. Rio de Janeiro, UFRJ/UEG, 2014.
- CMED. Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico 2015 Tabelas. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/374947/3413536/Anu%C3%A1rio+Estat%C3%ADstico+do+Mercado+Farmac%C3%AAutico+2015++Tabelas/43eb2368b09a4171a46f4951cc90953c>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- CNQ. Panorama indústria farmacêutica. Anhangabaú, 2015. Disponível em: <<http://cnq.org.br/system/uploads/publication/9aee2f902857d5d6467b924555af8983/file/panoramaindustriafarmaceuticab.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- DUARTE, A. C. et al. Análise da Indústria Farmacêutica – Perspectivas e Desafios. Brasília, Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2015 (Texto para Discussão nº 183). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudoslegislativos/tiposdeestudos/textosparadiscussao/td183>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- FIEG. Um mercado que ignora a crise. Goiânia 2017. Disponível em: <<https://www.sistemafieg.org.br/portalfieg/site/NoticiaVisualizar.do?vo.codigo=5394&v=0>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- GOIÁS (Estado). DECRETO Nº 5.265, DE 31 DE JULHO DE 2000.- Vide Decreto nº 8.706, de 26-07-2016.- Vide Lei nº 17.257, de 25-01-2011, nova estrutura. Lex: Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 26 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2000/decreto_5265.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.
- KRUGMAN, P.R. Industrial Organization and International Trade. Massachusetts, jun. 1986. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w1957.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- IBGE. Área Territorial Brasileira. 2017a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- IBGE. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. 2017b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

IEDI.Taxa de câmbio e indústria brasileira, Apresentação para o Conselho Superior de Economia da FIESP em 16/08/2007. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_252_desindustrializacao_e_dilemas_do_crescimento_economico_recente.html>. Acesso em: 10 set. 2017.

IMB.O Programa FOMENTAR/PRODUZIR Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões. Goiânia, SEGPLAN, 2012. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj22/artigo02.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

IMB.A infraestrutura e os pontos de escoamento das exportações goianas. Goiânia, SEGPLAN, 2011. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/exportacoes_goianas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

IMB.Análise do Censo Fomentar/Produzir. Goiânia, SEGPLAN, 2014. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/analise_do_censo_fomentar-produzir.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

IMB.Pesquisa industrial anual PIA. Goiânia, 2015. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/pesq/pia.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

IMS Health. Pharmedging markets Picking a pathway to success. Danbury, 2013a. Disponível em: <https://www.imshealth.com/files/web/Global/Services/Services%20TLIMS_Pharmedging_WP.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

IMS Health. The Global Use of Medicines: Outlook through 2017. Danbury, 2013b. Disponível em: <http://www.imshealth.com/files/web/IMSH%20Institute/Reports/US_Use_of_Meds_2013/IIHI_Global_Use_of_Meds_Report_2013.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

IMS Health. Outlook for Global Medicines through 2021 Balancing Cost and Value. Danbury, 2016. Disponível em: <<https://morningconsult.com/wpcontent/uploads/2016/12/QuintilesIMS-Institute-Global-Outlook-FINAL.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MONTEIRO, L. Goiás produz 32% dos remédios. Jornal O popular, Goiânia, 17 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/economia/goi%C3%A1s-produz-32-dos-rem%C3%A9dios-1.635350>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

O POPULAR. Produção industrial em Goiás acumula expansão de 4,9% em 2017. O Popular, Goiânia, edição online, 11 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/editorias/economia/produ%C3%A7%C3%A3o-industrial-em-go%C3%A1s-acumula-expans%C3%A3o-de-4-9-em-2017.1.1256483>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. Campinas, Revista Economia e Sociedade, n, 6, p. 113-40, jun. 1996.

PASCHOAL, J. A. Incentivos Fiscais x Política Industrial. IMB Catalão, Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj2/02.htm>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PERILLO, M. Políticas Públicas Como Instrumento de Correção Dos Desequilíbrios Regionais. Brasília: Senado. 2008. <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iv-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-estado-e-economia-em-vinte-anos-demudancas/intervencao-do-estado-na-economia-do-dirigismo-a-regulacao-politica-publica-como-instrumento-de-correcao-das-desigualdades-regionais>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Programa De Metas Do Presidente Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação. jun. 1958.

PROGENERICOS.Genérico sem números.São Paulo,2017Disponível em:<<http://progenericos.org.br/dados-do-setor>>. Acesso em: 10 set. 2017.

RECEITA FEDERAL.Lucro Operacional 2010.Brasil,2010Disponível em:<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dipj-declaracao-de-informacoes-economico-fiscais-da-pj/respostas-2009/capitulo-viii-lucro-operacional-2010.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

RESENDE, G, et al. Análise Espacial Do Fundo Constitucional De Financiamento Do Centro- Oeste (FCO): O caso de Goiás.Estudos IMB, Goiânia, nov.2014.Disponível em:<http://www.imb.go.gov.br/down/analise_espacial_fco_o_caso_de_goiias.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

RIBEIRO, K. Governo muda regras do Produzir - Jornal O Popular. O popular, Goiânia, edição online, 08 ago. 2016. Disponível em:<<https://www.opopular.com.br/editorias/economia/governo-muda-regras-do-produzir-1.1125788>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SANTOS, C. Tem sido bom pra Goiás?. Jornal Opção, Goiânia, edição 1905, jan. 2012. Disponível em:<<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/tem-sido-bom-pra-goias>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SEGPLAN. Indústria goiana cresce triplo da nacional. Goiânia, 2017 Disponível em:<http://www.segplan.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20743:industria-goiana-cresce-o-triplo-da-nacional&catid=42&Itemid=705>. Acesso em: 10 set. 2017.

SINDUSFARMA.Relatório anual de atividades 2014.São Paulo,2015Disponível em:<http://sindusfarma.org.br/arquivos/raa_2015.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

SINDUSFARMA.Relatório anual de atividades 2015.São Paulo,2016Disponível em:<http://sindusfarma.org.br/arquivos/raa2015_sindusfarma.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

SINDUSFARMA.Relatório anual de atividades 2016.São Paulo,2017Disponível em:<http://sindusfarma.org.br/arquivos/raa_sindusfarma_2016_capa_miolo_site.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017

SOUZA. C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SUDECO.Diretrizes e Prioridades.Brasília,2017Disponível em:<<http://www.sudeco.gov.br/diretrizes-e-prioridades>>. Acesso em: 10 set. 2017.

TEIXEIRA, A. A Indústria Farmacêutica no Brasil: um estudo do impacto socioeconômico dos medicamentos genéricos. Araraquara, unesp, dez. 2014.

TOBLER, W. R. A computer movie simulateing urban growth in the Detroit region. Economic Geography, New York, vol, 46, p. 234-240, jun 1970. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/143141>> Acesso em: 25 set. 2017.

WEBER, A. Theory of the location of industries. Chicago, 1969. Disponível em:<<http://www.economia.unam.mx/cedrus/descargas/Libro%20de%20Weber.pdf>> Acesso em: 25 set. 2017.

NOTA

¹ Agentes econômicos são os indivíduos ou entidades que exercem alguma ação ou escolha dentro da economia.

² Externalidades são as influências e efeitos das escolhas que os agentes econômicos geraram em outros. Externalidades podem ser positivas ou negativas de acordo com o indivíduo que foi afetado.

³ Polo industrial são regiões onde uma grande quantidade de indústrias está localizada, também está ligado à expressão clusters industrial que é o conceito utilizado pela concentração geográfica de atividades econômicas com características similares.

⁴ O Plano de Metas na década de 50 foi uma série de programas setoriais de investimentos, visando incentivar indústrias e serviços indispensáveis promovendo desenvolvimento econômico pelo País.

⁵ Foi elaborada durante o regime militar, entrou em vigor em 15 de março de 1967 consolidando características centralizadoras e dando legalidade para o regime militar.

⁶ Os aspectos relevantes do I PND, II PND e III PND serão explicados ainda nesse capítulo.

⁷ Produto Interno Bruto Brasileiro é a soma dos bens e serviços finais em um determinado período de tempo.

⁸ Marconi Perillo desenvolveu atividades acadêmicas nas áreas de Ciências Sociais, Engenharia Industrial, Engenharia Civil e Direito. Foi Senador da República pelo Estado de Goiás e presidindo a Comissão de Serviços de Infraestrutura e é o atual Governador do Estado de Goiás.

⁹ Está sendo implantada a ferrovia Norte-Sul e a Leste-Oeste ligando o Estado nesses dois sentidos

¹⁰ Foi implantada em outubro de 1999 o Porto Seco de Anápolis, estação aduaneira responsável por desembarque alfandegário na exportação e importação.

¹¹ OTC é derivado da frase em inglês over the counter (além do balcão).

¹² A farmácia é o estabelecimento que comercializa exclusivamente medicamentos e pode comercializar desde medicamentos industrializados a medicamentos manipulados.

¹³ A drogaria é o estabelecimento que comercializa medicamentos industrializados a produtos de higiene e limpeza.

¹⁴Valor bruto da produção industrial - soma de vendas de produtos e serviços industriais (receita líquida industrial), variação dos estoques dos produtos acabados e em elaboração e produção própria realizada para o ativo imobilizado;

¹⁵ Valor da Transformação Industrial (VTI) - Valor da transformação industrial - diferença entre valor bruto da produção industrial e o custo das operações industriais.

¹⁶ Fórmula retirada do Índice de Desempenho dos Municípios Goianos (IMB 2016).

A INFLUÊNCIA DOS INCENTIVOS FISCAIS NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO ESTADO DE GOIÁS



conhecimentolivre.org/home



contato@conhecimentolivre.org



[editoraconhecimentolivre](#)

Eduardo Bruno de Souza Oliveira
Antonio Marcos de Queiroz
Cláudia Regina Rosal Carvalho
Edson Roberto Vieira



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE